

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO POLÍTICO DO BRASIL

COMOS CHEGAMOS ATÉ AQUI

Por *Rui Tavares Maluf* *

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS

CARACTERIZANDO A CONJUNTURA ATUAL

CRISES E RUPTURAS FREQUENTES

INSTITUIÇÕES: PESOS E DIFERENÇAS

RELACIONANDO OS ELEMENTOS A SEREM ANALISADOS

MONARQUIA

IMPrensa: A FUNDAÇÃO DO JORNAL PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

criação DO PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA (PRP)

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DOIS PRIMEIROS GOVERNOS COM PRESIDENTES MILITARES

INÍCIO DO MOVIMENTO TENENTISTA

REVOLUÇÃO DE 1930

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

GOLPE DO ESTADO NOVO

O GOLPE MILITAR DE 1964

O ATO INSTITUCIONAL N. 05

O VETO À POSSE DO VICE-PRESIDENTE PEDRO ALEIXO

VITÓRIA DA OPOSIÇÃO NO COLÉGIO ELEITORAL

IMPEACHMENT DO PRESIDENTE COLLOR

MOBILIZAÇÕES DE 2013

OPERAÇÃO LAVA JATO

O IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

A ELEIÇÃO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO PARA PRESIDENTE

LEIS ORÇAMENTÁRIAS

PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

RESPONDENDO ÀS QUESTÕES FORMULADAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA

ANEXOS

PRIMEIRAS PALAVRAS

Formação e desenvolvimento político do Brasil são dois termos que se constituem em um tema abrangente e, portanto, desafiador, uma vez que o mesmo aborda acontecimentos, conjunturas e estruturas de curto, médio e de longos períodos da história, conquanto a história de nosso País ainda seja muito recente quando comparada à dos países europeus e asiáticos. Admito de antemão, que ao me ocupar do mesmo, o faço mais limitadamente e debruçado sobre o objeto definido como política e muito mais ainda das instituições políticas e, também, reconhecendo que este assunto é trabalhado na literatura especializada por muitos autores clássicos ou não, mas com grandes contribuições para o seu entendimento.

No recorte analítico aqui estabelecido, o ponto inicial é o da Independência do Brasil em relação a Portugal partir de 7 de setembro de 1822 chegando aos dias atuais, mas de forma alguma se pretendendo obra exaustiva. Pretendo trabalhar este documento a partir de uma pergunta geral, a saber: as instituições e os processos políticos observados na atualidade (escrevo em janeiro de 2021) se constituem em desdobramentos claros do passado? Outra pergunta diretamente derivada é a seguinte: houve efetivamente desenvolvimento político no Brasil se por isso queremos dizer um padrão superior de qualidade em relação ao que existiu anteriormente? No curso do presente texto, encaminharei outras perguntas decorrentes destas duas. E se apresento duas perguntas gerais para uma possível resposta, adianto ao leitor que terei um olhar muito atento para os grandes conflitos que permearam e permeiam a nossa história, tanto na forma de rupturas institucionais ou que se aproximaram desta condição. Desejo enfatizar, também, que minha preocupação é sempre a de me ocupar com o regime democrático uma vez que tenho a convicção de que o mesmo tem na capacidade de lidar com conflitos de forma pacífica seu fator de maior relevância.

Caracterizando a conjuntura atual

Primeiramente é bom reiterar, especialmente no momento em que vivemos não só no Brasil, mas em quase todo o Planeta, que em nosso País funciona o regime democrático, conquanto operando sob forte tensão e passando por grande teste de sobrevivência (e quem sabe de resiliência) uma vez que a atual presidência é ocupada por um ator claramente antidemocrático e retrógrado, quem faz questão de se dizer defensor da democracia conquanto a que lhe convém como se o regime democrático não tivesse pressupostos básicos. Mas como pretendo desenvolver no decorrer deste trabalho ele não é o único responsável pelo atual estado de coisas. A questão geral formulada exige minimamente a demarcação da conjuntura política atual. A vitória do então deputado federal e capitão reformado do exército, Jair Messias Bolsonaro, em segundo turno contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, foi um resultado considerado inesperado até já iniciada a campanha no segundo semestre e se valeu de amplo uso das redes sociais e ao largo da imprensa tradicional.

A tensão ora vivida vinha, de certa maneira, em um crescendo a partir dos movimentos de rua deflagrados no final do primeiro semestre de 2013, os quais, conquanto genéricos em suas críticas e reivindicações, apontavam para um estado e governos injustos

quanto ao que estes entregam à sociedade. Mas quase todos os movimentos não apresentavam ligações orgânicas com partidos políticos que governavam o País, ainda que em algumas destas mobilizações públicas os pequenos partidos da esquerda procurassem marcar posição com suas bandeiras vermelhas. Passou pela criação da Operação Lava Jato pelo Ministério Público Federal no início de 2014, impeachment da então presidente Dilma Rousseff (2016), e o lançamento da candidatura de Bolsonaro com discurso claramente colocado contra o sistema vigente e, fazendo questão de defender o regime militar de 1964, bem como as pessoas de muitos militares notoriamente responsáveis por graves violações aos direitos humanos na forma de tortura física. Passou a mensagem ao eleitorado que o eleger de que a República erigida a partir da Constituição de 1988 seria podre e o passado com os militares muito melhor. Como volta à cena (quase desta sem ter saído) neste início de 2021, Bolsonaro atacava fortemente o voto eletrônico por este não permitir impressão do voto para o eleitor, advertindo que o mesmo é sujeito à fraude e que esta já teria ocorrido quando de sua eleição, pois a teria vencido no primeiro turno. Mesmo incentivado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a apresentar provas sobre a acusação jamais o fez, voltando a atacar o processo tanto quando das eleições municipais de novembro passado quanto, e muito mais, devido à eleição dos Estados Unidos da América do Norte, na qual foi eleito o candidato antagônico aos seus valores e quem derrotou o presidente Donald Trump, a quem o presidente brasileiro nutre especial admiração¹.

Desde o dia da posse do presidente Jair Bolsonaro no cargo, praticamente toda a vida política vem sendo submetida a pressões constantes exigindo tanto do Congresso Nacional (CN) quanto do Supremo Tribunal Federal (STF) atitudes e decisões para se contrapor a várias medidas consideradas arbitrárias, maculando a Constituição Federal e colocando em risco a lisura do regime democrático. Porém, o presente texto não é uma obra sobre o atual governo, a qual exigiria tratamento muito mais profundo, mas o ponto de partida para que se tente responder à pergunta geral formulada por este autor, sem prejuízo de outras que se façam necessárias no desenrolar do texto, como já havia mencionado.

E todo este processo se desenvolve em meio a forte atuação dos principais órgãos de imprensa brasileiros, os quais cobrem de perto os acontecimentos e denunciam o que consideram claras violações do governo, bem como as mídias sociais como facebook e twitter, entre outras, são ambientes intensamente explorados tanto pelo presidente quanto por seus apoiadores em aberta oposição à imprensa, mas também por indivíduos e organizações de praticamente senão todas as tendências.

Crises e rupturas frequentes

É possível responder genericamente à pergunta que formulei na introdução. Há seguramente desdobramentos claros do passado no presente, conquanto também se verifiquem processos próprios, estanques. E como eu já havia escrito, o destape de tudo isso, de certa forma, começou em termos de mobilização da sociedade a partir de junho de 2013 com grandes manifestações públicas e em várias ruas e avenidas do País.

¹ - Vale apenas sublinhar a enorme diferença entre o sistema eleitoral dos dois países e recuperar a ameaça desferida pelo presidente Bolsonaro à instituição eleitoral brasileira caso em 2022 não haja mudança na urna eletrônica.

Os desdobramentos que podem ser verificados nos dias atuais estão fortemente ancorados no terreno das mentalidades e da cultura política, pois se constituem na forma pela qual as pessoas enxergam parte ou totalmente o curso dos acontecimentos. E as mentalidades e a cultura política se manifestam em uma concepção autoritária em significativos segmentos tanto da sociedade quanto em muitos atores políticos e agentes institucionais, mas não se circunscrevem nem a uma classe social específica da sociedade e nem de uma força política em particular. Apesar da ressalva, há que se admitir que no curso da história brasileira, a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870), o exército² e forças armadas passaram a ter protagonismo na vida político-institucional brasileira; maior ou menor a depender do momento. E de todas as organizações armadas de nossa história, as forças armadas (em particular o exército, e as polícias militares e civis), são as instituições do estado que mais continuamente e regularmente dispuseram e dispõem de armas. Faço este registro, pois em vários estados de menor institucionalidade nem sempre o estado gozou do monopólio das armas, embora não deixe de ser um caso único a se dar na maior potência do planeta, os Estados Unidos da América, no qual qualquer indivíduo pode se armar praticamente sem quaisquer restrições e usufruindo de armamento pesado.

Tal afirmação não significa dizer que a maioria da sociedade e dos atores políticos e institucionais defendam abertamente regime autoritário ou que o prefiram, mas sim de que há um conflito e/ou ambiguidade entre o comportamento regular, cotidiano e as preferências manifestas em sondagens de opiniões realizadas por diversos institutos especializados, tais como Datafolha e Ibope³, nas quais tem prevalecido o regime democrático. Mesmo que mentalidades e cultura política⁴ se modifiquem como praticamente tudo na vida, encontram-se mais no campo estrutural, ou seja, de algo rígido e, assim, mais difícil de ser rompido. Porém, a despeito desta argumentação desenvolvida, não se pode ignorar outro elemento estrutural a colidir com a concepção autoritária (ao menos em uma primeira aproximação do problema), qual seja, o enraizamento da vida eleitoral no âmbito dos municípios, a eleição regular dos vereadores, a qual se origina com a colonização e não se trata de simples transposição das instituições portuguesas⁵.

Instituições: pesos e diferenças

Para um estudioso da ciência política no Brasil é razoavelmente fácil verificar as instituições políticas contemporâneas que estão fortemente ligadas à formação do País, ainda que uma ou outra tendo surgido em momentos posteriores e com graus variados de poder. Aliás, não são tão diferentes do que se passou nos países com regimes democráticos mais longevos. Estas são: 1) o Poder Legislativo bicameral, que tem origem com a primeira constituição no ano de

² - O Exército começou a ser formado com a independência do Brasil contando para tanto com a contratação de alguns ex-oficiais estrangeiros devido à necessidade urgente de se contar com comandantes com experiência, uma vez que ao retornar para Portugal, o então rei Dom João VI levou consigo as principais tropas. A contratação de estrangeiros gerou certos descontentamentos, bem como a manutenção de oficiais portugueses.

³ - Desde o final de 2020 o IBOPE não realiza mais pesquisas de opinião pública focando na área do mercado. Assim, sua então diretora Márcia Cavallari e outros pesquisadores deixaram o instituto e fundaram o próprio denominado IPEC o qual no decorrer de 2021 já produziu relevantes levantamentos nesta área.

⁴ - Reconheço, porém, que a despeito de mentalidades e cultura serem elementos estruturais ou mais próximos desta condição, a depender do objeto, estas podem passar por mudanças mais rápidas do que a própria organização da sociedade na qual se vive, como é o caso da legislação.

⁵ - Para uma bela exposição de fatos e desenvolvimento de argumentação ver CALDEIRA (2017).

1824; 2) o nível de governo municipal com a eleição dos vereadores, o qual tem por base a própria colonização, portanto, muito antes do rompimento com Portugal; 3) As forças armadas, em particular o exército; 3.1) As polícias regionais (estaduais); 4) a separação dos poderes materializada em todas as constituições, mesmo nas cartas que foram produzidas por regimes autoritários (1937 e 1967); 5) Partidos políticos (embora intermitentes e muito dependentes do estado e do regime político em vigência; 6) As Constituições brasileiras; 7) O Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores); 8) Imprensa.

Relacionando os elementos a serem analisados

No decorrer do trabalho tratarei das mudanças, impasses e rupturas ocorridas na história de forma a analisar e procurar responder se nesses acontecimentos podem ser encontrados elementos que se reproduziram no decorrer dos anos, e, que sejam capazes de explicar muito do que se vive em contemporaneamente.

1823	Fechamento da Assembleia Constituinte pelo Imperador Pedro I
1831	Abdicação do Imperador Pedro I
1851-88	Legislação abolicionista
1873	Fundação do jornal A Província de São Paulo (futuro O Estado de São Paulo)
1875	Criação do Partido Republicano Paulista
1889	Proclamação da República e dois primeiros governos com presidentes militares
1922	Início do Movimento Tenentista com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana
1930	Revolução que leva Getúlio Vargas ao poder, mediante deposição do presidente Washington Luís
1932	Revolução Constitucionalista
1937	Golpe do Estado Novo (Auto-golpe de Getúlio Vargas)
1945	Deposição de Getúlio Vargas;
1954	Suicídio de Getúlio Vargas
1955	“Golpe da Legalidade” afasta presidente Café Filho e Carlos Luz (interinamente na presidência)
1961	Crise da Renúncia do presidente Jânio Quadros
1964	Golpe de Estado depõe presidente João Goulart
1968	Edição do Ato Institucional número 5
1969	Veto à posse do vice-presidente Pedro Aleixo para assumir o cargo de presidente
1985	Vitória da oposição no colégio eleitoral mediante a eleição de Tancredo Neves para presidente
1992	Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello
2005	Escândalo do Mensalão atingindo o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2013	Início das mobilizações de rua com reivindicações genéricas e sem lideranças
2014	Início da Operação Lava Jato pelo Ministério Público Federal
2016	Impeachment da presidente Dilma Rousseff
2018	Eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente

Além do que discorri no quadro acima, mas não se tratando de eventos imprevistos, mas sim dos que estão previstos constitucionalmente e legalmente para se realizar anualmente, destacarei a Lei Orçamentária Anual (LOA) da União, a qual estima a receita e fixa a despesa para as áreas fiscal e previdenciária e precisa ser analisada e votada todos os anos pelo Congresso Nacional (CN) após receber o projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo. O motivo de inscrever tal assunto no presente documento se deve a que a LOA é absolutamente imprescindível para o funcionamento de todo o aparato governamental e, consequentemente, para a viabilidade das políticas públicas.

Monarquia

A independência do Brasil com a consequente implantação da Monarquia como sua forma de governo, resultando na aprovação⁶ da primeira constituição em 1824, poderia ser vista apressadamente como a materialização de toda a experiência dos colonos brasileiros acumulada nos 324 anos desde a oficialização da descoberta do País pelo navegador português Pedro Álvares Cabral. Mas não foi assim, mesmo que certos elementos tenham sido incorporados. Este momento inaugural foi o resultado muito mais dos anos que se iniciaram com a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro (abril de 1808) e o fato de que o ato de rompimento com a metrópole tivesse se dado pelas mãos do príncipe regente dom Pedro. Ou seja, é como se ocorressem duas coisas antagônicas simultaneamente e procurando uma resultante comum: rompimento e continuidade ou continuidade com rompimento.

Ao se falar da contradição entre discurso liberal e prática autoritária de Pedro I, há que se destacar que a prática de uma vertente dos revolucionários na França foi muito autoritária (os jacobinos no período de 1792 a 1794), bem como seus admiradores pelo mundo, pois se afirma nas muitas interpretações da primeira constituição do Brasil que o imperador Pedro I demonstrava certos traços liberais em suas falas e aparentes compromissos, acompanhando o que se passava na Europa, e em seu próprio país natal (a partir da Revolução Francesa), porém com prática autoritária como se observa ao dissolver pela força das armas a Assembleia Constituinte em 1823 seis meses depois de aberta⁷. Mas diferentemente da experiência mencionada, Pedro I não questiona realmente o mundo por ele herdado. É justo com os fatos que se diga que a dissolução da Assembleia Constituinte foi claramente um golpe de estado, o primeiro do país independente, no qual o imperador se arvora o interprete de como deverá ser a Lei Maior do país o que já o colocava acima da própria carta magna que viria a ser aprovada. Afinal, ele dissolve a Assembleia Constituinte exatamente por esta estar analisando a possibilidade de implantação de uma monarquia constitucional na qual o monarca é subserviente a lei.

Tal constatação não desconhece a justificativa para a prática da repressão e violência dos que deterão o poder enquanto estando fundadas em suposta necessidade de combater os contrarrevolucionários, muitos destes os que também fizeram a revolução aos seus lados⁸. De certo modo esta contradição (verdadeira ou aparente) já havia se verificado na Revolução Inglesa a partir de 1640. A particularidade brasileira é que a mesma família real portuguesa que governava Portugal até então de forma absolutista aparentemente, por meio do filho, faria igual no Brasil. Em outras palavras, era praticamente o mesmo grupo social por meio da incorporação de certos setores de uma nobreza local, conquanto não de sangue e sim de títulos outorgados já no Brasil.

No caso do Brasil, ao menos em parte, houve um desafio concreto de ordem territorial para a ação da concentração de poder, isto é, o desejo de impedir movimentos separatistas,

⁶ - Escrevo desta maneira porque as condições políticas do momento da Independência, com o príncipe regente à frente do movimento, não mostravam qualquer possibilidade de que houvesse a escolha pela República, mas a promulgação da constituição deu razoável garantia de que a Monarquia tinha sido a forma escolhida.

⁷ - Vários constituintes foram presos e enviados para o exílio.

⁸ - Mas não se pode ignorar que contra revolucionário é a denominação atribuída por aquela facção dos revolucionários que está procurando manter o poder em detrimento da outra que passa a ser assim chamada, mas que igualmente se enxerga como tal. Isto é diferente de ser efetivamente contrarrevolucionário.

como foi o caso da Confederação do Equador (1824) em um momento em que o estado no País estava em seus primórdios e com grande dificuldade financeira para sua construção. Porém, os quase dez anos que separam a independência do ato de abdicação de Dom Pedro I (decreto de 6 de abril de 1831) revelam com nitidez que se tratou de período de frequentes e elevados conflitos tanto da ordem da conduta pessoal do imperador em sua vida privada, mas também pelas desconfianças em relação a possíveis privilégios aos portugueses. Da proclamação de 7 de abril assinada pelos representantes da nação no Parlamento e dirigida a todos os brasileiros destaco a seguinte frase extraída de longo texto: *“uma revolução gloriosa foi operada pelos esforços, e patriótica união do povo, e tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada uma só gota de sangue (...) Brasileiros, um príncipe mal aconselhado, trazido ao precipício por paixões violentas, e desgraçados prejuízos antinacionais, cedeu à força da opinião pública, tão briosamente declarada, e reconheceu que não podia mais ser imperador dos brasileiros...”*⁹.

A abdicação de Pedro I não pode ser chamada propriamente de golpe de estado, mas de uma crise político-institucional que caminhava para isso e também para um movimento muito mais amplo que poderia culminar em guerra civil e revolução, crise esta que foi encerrada com o gesto do próprio imperador quando ele se deu conta que suas condições de governo estavam quase integralmente destituídas de capital político e no limite poderiam por fim à monarquia no Brasil. Isto talvez tenha sido facilitado pelo fato do monarca contar com a possibilidade de compensar esta perda com seu retorno a Portugal em busca de assegurar o trono da antiga metrópole para si ou para sua filha dona Maria da Gloria uma vez que ele próprio havia sido designado pela então princesa regente como rei de Portugal após o falecimento de Dom João VI em 1826.

Legislação abolicionista

A legislação que pôs fim a Escravidão no Brasil foi feita em etapas no decorrer de um longo período. A primeira medida, refletindo a pressão exercida pelo governo da Grã-Bretanha, se deu mediante a lei de 26 de novembro de 1826, pouco mais de quatro (4) anos depois da independência. O referido diploma ratificou o compromisso com o aquele país para a abolição do tráfico de escravos, embora não tenha sido efetivamente cumprida. Mas, foi apenas no reinado de seu filho Pedro II, que as leis começam a ser observadas a partir de 4 de setembro de 1850 (Lei 581) quando se proibiu em definitivo o tráfico de cativos para o Brasil até chegar à Lei Áurea, extinguindo o trabalho escravo em 13 de abril de 1888, ou seja, 38 anos depois.

Mas qual a razão de tratar da legislação abolicionista em um trabalho cujo objeto se volta para a formação e desenvolvimento político do Brasil e, particularmente, para as tensões, crises e rupturas no decorrer desta história? Porque tem toda relação com o objeto em tela. Afinal, não é pouca coisa admitir que a formação e o desenvolvimento político se deram em larga medida concomitante ao instituto da escravidão nas relações de produção, forma clara e aberta de dominação de um grupo de seres humanos sobre outros, sem que o

⁹ - Adapte a ortografia a atualmente praticada extraíndo o texto da coleção de leis do ano de 1831 o qual se encontra disponível no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. O texto na íntegra revela a escalada do conflito entre o Imperador e o Parlamento brasileiro, bem como em parte da sociedade.

que está submetido a tal condição possa escolher desta sair em condições de liberdade. Em outras palavras, da vida do Brasil independente e monárquico, a escravidão vigeu por 64 anos e seis (6) meses e alguns dias. E não é de todo insignificante saber que muitos libertos votavam e muitos também possuíam escravos e, ainda, refletir sobre a força ou fraqueza de um pensamento abolicionista muitos anos antes da abolição e se o mesmo esteve associado a um ou mais pensamentos políticos.

Imprensa: a fundação do jornal Província de São Paulo

147 anos se passaram desde o dia 4 de janeiro de 1875 quando foi publicado o primeiro número do jornal *A Província de São Paulo*, cujo nome foi alterado para *O Estado de São Paulo* em 1890 em consequência da Proclamação da República, e a revisão deste artigo. A escolha deste jornal, popularmente conhecido como *Estadão*, é proposital da parte deste autor para marcar com nitidez a existência de um importante órgão de imprensa e de divulgação de opiniões com uma trajetória alcançando quase um século e meio de existência. Segundo motivo para a escolha é a raridade de encontrar órgãos de imprensa longevos mesmo em países desenvolvidos e sob a direção e propriedade praticamente ininterruptas de uma mesma família, tanto por razões políticas quanto financeiras. E, também (sem ignorar a existência de outros fatores que não serão objeto de menção aqui), pelo simples fato de que é possível identificar uma linha editorial praticamente contínua neste veículo em um País no qual há tantos modismos. Exemplo disso foi o envolvimento aberto do jornal em momentos cruciais da política brasileira, tais como o apoio a candidatura de Getúlio Vargas, participação na Revolução de 1930 e posterior e aberta oposição pelos rumos que os eventos tomaram. Este último custou a expatriação à força de seu editor e proprietário, Júlio de Mesquita Filho. No dia 25 de março de 1940, forças do governo invadem a redação do jornal sob o falso pretexto de que havia uma conspiração armada. Francisco de Mesquita, irmão de Júlio, foi preso e levado para o Rio de Janeiro. Como nada conseguiu ser provado contra sua pessoa, ele foi solto, porém a ditadura impediu que ele retornasse a dirigir o jornal e, assim, o regime passou a editar diretamente o órgão até o final da ditadura do *Estado Novo*.

Acrescente-se a este tópico que a imprensa no Brasil, conquanto marcada por diferentes órgãos e diferentes meios de divulgação, linhas editoriais, bem com alcance e públicos variados, tem se constituído em canal de expressão de diferentes concepções, e, ainda, instituição fundamental como uma das garantias do regime democrático representativo¹⁰.

Criação do Partido Republicano Paulista (PRP)

O Partido Republicano Paulista (PRP), criado em 18 de abril de 1873 a partir de convenção realizada no município de Itu, interior de São Paulo, representou outro momento político que marcaria a vida do Brasil em quase toda a Primeira República (1889-1930). Ou seja, o PRP nasceu 16 anos e sete (7) meses antes da Proclamação da República e se tornou uma força de

¹⁰ -Para visão mais aprofundada sobre o tema leia: Imprensa, Opinião Pública e Pesquisas de Opinião e de Observação. Impactos no fazer e no pensar a Política no Brasil (MALUF:2020) disponível em: http://www.processoedecisao.com.br/Artigos/ART-ACAD-Imprensa_e_OP_2020.pdf

propagação desta causa. O simples fato de existir um partido denominado republicano ainda no Império, bem assim o Mineiro (PRM)¹¹, o Federalista, entre outros, já era claro indicador de que forças políticas propugnavam pela mudança da forma de governo. No entanto, a despeito da criação e importância destas agremiações, chama a atenção que a Proclamação da República foi feita pelas mãos de um (1) militar, Marechal Deodoro da Fonseca, quem se tornou também seu primeiro presidente e seria substituído por seu vice-presidente, outro militar e também do exército, Marechal Floriano Peixoto. Os militares que eram republicanos eram também, em sua maioria, positivistas, ou seja, representavam concepção distinta da que postulavam os PRP e PRM, que defendiam república com federação, ou seja, clara descentralização em oposição ao centralismo monárquico. Portanto, a extinção da monarquia no Brasil ocorreu pela iniciativa da cúpula do exército, embora apoiada pelos demais republicanos civis independentemente de que a gênese desta nova realidade não estivesse diretamente em suas mãos. Esta separação entre civis e militares repousa, provavelmente, na desconfiança dos militares em relação aos primeiros uma vez que o exército se posicionava contra a escravidão de forma uníssona, sem qualquer significativa divisão, enquanto o mesmo não ocorria entre os republicanos civis¹². Havia donos de escravos entre os membros dos PRP e PRM e demais organização republicanas.

Creio importante chamar a atenção para esta diferença uma vez que há outra questão a ser levada em conta a qual se cruza com a que estou por ora tratando, a saber: o deslocamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o chamado Oeste Paulista, processo este que significava igualmente a troca (se não completa, mas muito massiva) da mão de obra escrava pela mão de obra livre do imigrante, a qual se verificou antes da criação do PRP. E uma parte expressiva dos fundadores do PRP é formada por fazendeiros do café do Oeste Paulista, portanto, de áreas nas quais a mão de obra imigrante já teria substituído largamente a escrava.

Proclamação da República e dois primeiros governos com presidentes militares

Como já havia mencionado ao tratar do PRP, a Proclamação da República ocorreu pela ação do exército, sendo relevante destacar que pela liderança de elementos da cúpula do exército e mais estritamente daquela que teve participação direta na Guerra do Paraguai (1865-1870). De certa maneira, se a questão é examinada em termos etários, um jovem oficial do exército que estivesse com 25 anos no início do conflito armada estaria com 49 anos quando da queda da monarquia, momento no qual já faria parte do alto escalão, tendo em todos esses anos acumulado e desenvolvido um entendimento sobre as instituições vigentes. Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente, era mais velho que os demais; já considerado oficial de média para alta patente e tinha 38 anos. Mas o segundo presidente, Floriano Vieira Peixoto, tinha 26 anos e ainda estava com a patente de primeiro-tenente sendo promovido a capitão já no Paraguai. O ideal republicano e abolicionista foi sendo desenvolvido pelo exército quando da guerra, tornando-se mais forte ao final da mesma, apesar de não ser possível afirmar que

¹¹ - O PRM (que juntamente do PRP seria considerado o mais importante) foi criado apenas em junho de 1888, pouco mais de um (1) ano antes da Proclamação da República. O líder nesse momento da fundação do partido foi João Pinheiro

¹² - Para uma cuidadosa e bem elaborada análise sobre a relação entre republicanos e o processo de abolição veja FERNANDES (2006).

Fonseca e Peixoto fossem realmente republicanos convictos. Muito embora a Constituição de 1890-91 tornava expresso que o cargo de presidente da República seria preenchido por alguém eleito pelo sufrágio universal masculino, as disposições transitórias previam que o primeiro seria eleito indiretamente por meio do Congresso Nacional (CN) devido às condições políticas especiais nas quais se produziu a primeira carta magna republicana.

Embora o desfecho da Proclamação da República tenha tido os militares à frente, os civis tomaram parte, embora de forma pouco organizada. Mais do que isso: membros civis das várias organizações republicanas integraram o gabinete de Deodoro da Fonseca, e mesmo do PRP. Estes foram os casos de Manuel Ferraz de Campos Sales (PRP), Francisco Glicério de Cerqueira Leite (PRP) e José Cesário de Faria Alvim (PRM).

Início do Movimento Tenentista

A Revolta dos 18 do Forte¹³, como assim ficou conhecido o movimento de jovens oficiais do exército entre os dias 2 e 6 de julho de 1922 no final do governo do presidente Epitácio Pessoa, se transformaria em um marco de um movimento que influenciou os destinos do desenvolvimento político do Brasil mesmo sem terem os seus integrantes clara consciência de suas conseqüências e nem demonstraram a unidade esperada para que estes eventos pudessem se suceder de forma inteligível. É fato, porém, que outras revoltas militares ocorreram depois da Proclamação da República até esta data (um lapso de tempo de 32 anos), fossem estas de oficiais de altas patentes do exército e da marinha (como a Revolta da Armada) e mesmo de jovens cadetes em 1906 os quais tentaram depor o governo do presidente Rodrigues Alves com o auxílio de alguns oficiais superiores.

Grosso modo, o Movimento Tenentista agrupou jovens oficiais do exército e das forças públicas (de São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente) insatisfeitos com a hierarquia militar que era mantida por velhos oficiais dissociados em seu entendimento de necessidades de reformas na estrutura militar e de melhores condições de promoção na carreira e de formação dos oficiais. Mas também expressava inconformidade com a situação política do País, embora não houvesse um programa articulado. Não obstante, vários de seus membros estariam à frente dos rumos políticos do Brasil não apenas nos eventos que culminaram com a Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, mas em grande parte de seu futuro.

Revolução de 1930

Se os *tenentes* foram fator animador e mobilizador muito importante para o sucesso da Revolução de 1930, esta contou com a participação aberta dos setores civis das classes dominantes, especialmente do Partido Democrático (PD)¹⁴, que se colocaram em oposição à escolha de Júlio Prestes para candidato a presidente da República como resultado de um ato unilateral do então presidente Washington Luís. O relevante deste episódio é explorar a ideia de que a insistência de um governante em quebrar um acordo implícito de rotatividade entre presidentes de São Paulo e Minas Gerais, ou seja, do PRP e do PRM, gerou a dissidência nesta

¹³ - Forte de Copacabana, no bairro de Copacabana no Rio de Janeiro, era na época ocupado por quartel do exército da 1ª Bateria Isolada de Artilharia de Costa.

¹⁴ - O Partido Democrático (PD) foi criado em 1926 de uma dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP), tendo como suas principais bandeiras reformas políticas e civis por meio de uma nova constituição.

coligação que foi decisiva para o curso dos acontecimentos. Veio destes setores a liderança que derrubou o presidente Washington Luís semanas antes de transferir o governo para Júlio Prestes, isto é, Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda do mesmo Washington Luís. A ordem dos acontecimentos evitou uma guerra civil uma vez que a cúpula das forças armadas aderiu aos revoltosos na última hora mostrando ao então chefe de governo o custo humano de uma repressão ao movimento sem que houvesse garantia de êxito.

As principais propostas que unificam o discurso da Revolução de 1930 são genericamente reformas sociais, políticas e civis (estas duas últimas materializadas na palavra de ordem de convocação de uma Assembleia Constituinte). Mas tendo ou não sido uma revolução, seu desfecho foi claramente um golpe de estado uma vez que o então presidente não renunciou e nem o vice-presidente Fernando Melo Viana assumiu como seria a regra pela constituição¹⁵.

Revolução Constitucionalista

Do primeiro ato da junta do governo provisório assinado em 25 de outubro de 1930 até o dia 9 de julho de 1932 (número 19.384)¹⁶, data oficial do início da Revolução Constitucionalista, 623 dias se passaram, ou 20,7 meses. É pouco tempo, mas ainda assim foi mais do que suficiente para que os vitoriosos apresentassem muito mais antagonismos entre si do que os integrantes do “*antigo regime*”. Em linhas gerais as propostas que haviam unificado os revolucionários eram as mesmas que os dividiam, ou seja, de um lado os tenentes defendendo a necessidade de que as reformas fossem feitas primeiramente e rapidamente enquanto do outro os membros do Partido Democrático (PD), em sua maioria (mas não unicamente), pleiteando que a imediata realização de uma Assembleia Constituinte, pois seria o compromisso assumido pelo movimento e por Vargas. Só uma nova carta magna poderia dar ao País os instrumentos efetivos e a segurança necessários para sua implementação.

A revolução constitucionalista, esta sim, foi uma guerra civil e, curiosamente, tendo de um lado parte dos próprios revolucionários de 1930, que se sentiram traídos por Getúlio Vargas e acabaram se aliando ao Partido Republicano Paulista (PRP) criando a Frente Única Paulista (FUP). Apesar em termos operacionais os constitucionalistas se reduziram praticamente ao estado de São Paulo e alguma coisa Mato Grosso, a causa havia conquistado adeptos em grande parte do País, incluindo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A derrota militar das forças constitucionalistas no final de setembro de 1932 resultou em uma vitória política uma vez que foi assegurada a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte a ser eleita no primeiro semestre de 1933, o que de fato ocorreu e no mês de julho de 1934 a promulgação da nova constituição.

¹⁵ - Tanto Washington Luís quanto Melo Viana foram exilados do Brasil; o primeiro nos EUA e o segundo na Europa. O vice-presidente Melo Viana, embora de Minas Gerais, também pertencia à corrente que apoiou a candidatura de Júlio Prestes à presidência.

¹⁶ - É curioso constatar que apesar de ser denominado ATO em lugar de LEI, a numeração dada foi 19.384, quando supostamente o início de uma Revolução seria o ATO n.01 marcando a inauguração de um novo tempo. O Ato 19.384 mandava “*desincorporar os reservistas convocados*” por decreto de 5 de outubro, isto é, 20 dias antes, os quais estavam divididos em três (3) turmas por idade (de 27 a 30 anos; de 24 a 26 anos e de 21 a 23 anos).

O Golpe do Estado Novo

Os fatos que se desenrolaram desde a eclosão da revolução constitucionalista em 1932, passando pela Assembleia Constituinte e promulgação da Constituição, até o golpe do Estado Novo desferido pelo próprio presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 (portanto um autogolpe) confirmaram as advertências daqueles que sentiram traídos pela Revolução de 1930. Ou seja, a nova ordem política que muitos imaginavam estar criando a partir de 16 de julho de 1934 quando da promulgação da Constituição soçobrou três (3) anos três (3) meses e 24 dias depois, dando lugar a uma ditadura. Em seu diário (vide anexos), Getúlio assumia claramente que estava dando um “*golpe de estado*”.

Há que se ter presente que a conjuntura internacional, bem como a própria personalidade de Getúlio Vargas, devem ser considerados fatores a contribuírem para esse desfecho. Quanto a contexto internacional, o fascismo e seu congêneres nacional-socialismo (nazismo) já estavam integralmente implantados na Itália e Alemanha respectivamente sendo que a Europa já vivia uma experiência de grande conflito com a guerra civil espanhola a partir de 1936 na qual os “*voluntários*” alemães testavam seus novos artefatos bélicos ao lado das forças que procuravam derrubar a *República*, lideradas pelo generalíssimo Francisco Franco. Ambos regimes eram ditaduras totalitárias para as quais não havia quaisquer possibilidades de oposição aceita, funcionando na base de partidos uniformizados como milícias e juntamente com o estado atuando com altíssimas doses de propaganda e repressão física e psicológica. A outra ditadura totalitária era ideologicamente antagônica, a comunista União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A URSS e o partido comunista da URSS tendo Joseph Stalin como secretário-geral se constituíam no modelo a ser seguido pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB)¹⁷. A democracia norte-americana, especialmente, e em menor medida as da Grã-Bretanha e França, seria uma escora em certa medida, porém, contando com mentalidade e instituições orientadas para um isolacionismo, à exceção, ironicamente, do presidente Franklin Delano Roosevelt, quem parecia ter compreensão de que o mundo caminhava para um novo conflito mundial que não pouparia seu país.

Mas e a personalidade de Vargas? Bem, os fatos revelam de forma inquestionável que havia sensível inclinação fascista no período anterior à Revolução de 1930 e mesmo em boa parte da década de 1930. E se o enquadramento como fascista deve necessariamente incluir concepção racista, havia ao menos antissemitismo disseminado em boa parte do primeiro escalão do governo incluindo o próprio presidente, não poupando nem mesmo a figura do liberal Osvaldo Aranha (CARNEIRO:1986) conquanto esta faceta dele não tivesse sido do conhecimento público e de pesquisadores até o início dos anos 80. Porém, tal característica passa por certa inflexão a partir de seu contato pessoal com o presidente dos EUA no ano de 1936.

Se por um lado o próprio golpe perpetrado por Vargas teve características fascistas como se verifica no aprofundamento da propaganda do regime e aberta repressão, para além das simpatias mencionadas no parágrafo acima de membros do governo, por outro houve a proibição de todas as organizações políticas incluindo o partido *integralista* de Plínio Salgado,

¹⁷ - A grafia “*do*” que atualmente dá o nome do partido comunista que dissentiu da matriz fazia parte do nome do até então único partido comunista existente aqui no Brasil. No começo da década de 60 quando a dissidência ocorreu é que o partido original adotou a sigla simplesmente PCB.

que era o expoente maior do fascismo nacional, conquanto Getúlio jamais tenha pertencido à referida organização.

A deposição de Vargas

Embora Vargas tenha governado ditatorialmente de novembro de 1937 a outubro de 1945 por meio desta figura por ele criada chamada Estado Novo, a entrada do Brasil na 2ª Grande Guerra, ao lado das tropas do 5º Exército dos EUA¹⁸, produziu esta contradição de uma Força Expedicionária (FEB) estar lutando por liberdade e democracia contra o totalitarismo nazifascista, tendo em seu próprio seio, o Brasil, uma inequívoca ditadura sem fazer concessões às oposições, conquanto estas conseguissem de certa forma começar a se organizar com o próprio desenrolar da guerra e, sobretudo, dos ataques sofridos pelos navios brasileiros por submarinos alemães e italianos.

É fato que antes de EUA e Brasil entrarem na guerra ao lado da Grã-Bretanha (de demais forças nacionais agrupadas em torno de seus exércitos), o governo norte-americano, comandado pelo presidente Franklin D Roosevelt estava menos preocupado com o caráter ditatorial do governo brasileiro e mais em assegurar colaboração entre as duas nações. De qualquer forma, é importante considerar que entre parte da oficialidade de baixa patente brasileira (tenentes em sua maioria conscritos para a guerra, e muitos dos quais voluntariamente), houve algum trabalho político de conscientização e propaganda a favor do regime democrático.

O final da guerra com a vitória dos aliados da qual a FEB teve participação operacional direta nos campos de batalha da Itália escancarou esta contradição. E tornou praticamente impossível para a cúpula das forças armadas continuar mantendo seu apoio a Getúlio Vargas. Ademais, é justo afirmar que a própria sociedade e várias instituições da sociedade civil colocaram a redemocratização em marcha sem esperar por concessões. Ademais, um dos homens fortes de Getúlio, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, já se colocava como candidato a presidência induzindo à formalização de um calendário eleitoral para o próprio ano de 1945.

Porém, o processo de redemocratização trouxe consigo não só rejeição ao ditador, mas também apoio, como se constata no então recém criado movimento *Queremista* (queremos Getúlio com Constituição) a partir de maio de 1945 quando as tropas brasileiras haviam concluído os principais combates poucos dias atrás e ainda teriam compromissos até final de junho.

Coincidência ou ironia, Vargas foi deposto no mesmo dia em que assinara 15 anos atrás o primeiro decreto do então governo provisório por ele chefiado, ou seja, 25 de outubro. O mote para a deposição do ditador foi ele insistir na nomeação de seu irmão Benjamin Vargas para chefe da Polícia do Distrito Federal. Mas dos episódios arrolados até aqui, este é o único no qual o chefe de Estado deposto saiu de forma intacta, ou seja, não perdeu direitos políticos e ainda se candidatou com sucesso a uma cadeira no Senado Federal. O ditador de ontem se

¹⁸ - O 5º Exército lutou ao lado do 8º Exército britânico.

convertia no democrata de hoje, ou se não tanto, se ajustava ao novo regime político sem aparentes reclamações.

Suicídio de Getúlio Vargas

Oito (8) anos e dez (10) meses aproximadamente se passaram entre a deposição e o suicídio cometido por Getúlio à frente do cargo de presidente para o qual, desta vez, fora eleito pelo voto popular. Ele tirou sua própria vida no início da manhã de 24 de agosto de 1954, deixando a famosa *Carta Testamento* na qual explicava seu gesto como forma de barrar golpe de estado contra os interesses populares e nacionais. O simbolismo envolvendo este momento talvez não explore outro lado relevante para a compreensão da vida política brasileira, isto é, o de alguém que se sentia tão acima dos demais não poderia, agora, aceitar igualar-se aos outros representantes do processo político desenrolado no Congresso Nacional e na sociedade, tendo que ouvir palavras duras ao seu passado e ao seu presente. Ou seja, o funcionamento do regime democrático envolve a existência dos partidos políticos e Vargas que não se preocupava em ter qualquer um (1) para apoiá-lo nos 15 anos que governou, passou a dispor de dois (2) que foram criados para tal finalidade a partir, justamente, de 1945, a saber, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

Apesar de que as duas (2) organizações partidárias mencionadas dispusessem da maioria simples dos assentos no Parlamento brasileiro, isto não foi capaz de evitar as dificuldades políticas em relação a várias iniciativas de seu governo. Por outro lado conseguiu aprovar matérias importantes consensuais tais como a criação da empresa *Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (Petrobras)*, a qual se materializou na sanção da lei 2.004 de 3 de outubro de 1953¹⁹. E a crise que culminou no suicídio estava estribada em um evento tresloucado que foi a tentativa de assassinato do deputado federal Carlos Lacerda (UDN-RJ), duríssimo opositor de Vargas, perpetrada no início do mês, em 5 de agosto, a qual foi atribuída diretamente ao círculo do presidente no qual se encontrava pessoa de sua confiança, Gregório Fortunato, quem seria o homem a contratar o pistoleiro chamado Climério para calar o que se entendia como chantagens descabidas desta figura²⁰. Tal acontecimento se desenvolveu em meio a outros não menos importantes no âmbito político e social; percepção de corrupção no governo e de leniência do mesmo com essa prática, e inflação crescente atingindo amplos setores sociais.

Contudo, a diferença em relação a vários momentos anteriores nos quais Vargas soube acumular poder explorando desavenças entre seus apoiadores e mesmo na oposição, ele havia amalhado e acumulado um capital negativo junto a muitos setores da política que se sentiram traídos. Estudos sobre formação e desenvolvimento político não parecem dar muita atenção a um aspecto muito humano que é a *raiva*, o *ódio*. E tais elementos, orientadores da ação de muitos atores políticos, haviam aumentado em demasia nesta conjuntura. Mas que se destaque o fato de que nesta enorme crise política, o máximo a que se desejava no seio das principais lideranças políticas que se colocavam contra o presidente era a remoção do cargo dele do cargo.

¹⁹ - Apesar de a criação da empresa Petrobras ter sido consensual, o consenso só foi após um ano e nove meses da tramitação do projeto de lei (1.516) no Congresso Nacional o qual passou por várias modificações por meio da apresentação de emendas.

²⁰ - A tentativa fracassada resultou na morte do major da Aeronáutica, Rubens Vaz, que fazia a proteção pessoal e voluntária do parlamentar e jornalista.

Para vários políticos e analistas desta crise, o suicídio de Vargas reagrupou sua base política e social que estava enfraquecida, a qual, pela fúria e dor ao ter notícias sobre a *Carta Testamento* foi para as ruas, e, assim, teria impedido um golpe de estado que estaria em marcha. De qualquer modo, no mesmo dia, o vice-presidente da República, João Fernandes Café Filho, tomou posse dentro do que era previsto pela constituição vigente, governando até praticamente o final do mandato.

“Golpe da Legalidade”

Porém, em 3 de novembro de 1955, quando se aproximava o final do mandato Vargas-Café Filho, já se conhecendo o nome dos próximos presidente (Juscelino Kubitschek de Oliveira – PSD-MG) e vice-presidente da República (João Melchior Goulart – PTB-RS), as instituições se deparam com outro grande desafio para o regime democrático, conquanto se exija cautela na análise. Para quem aceitou simplesmente que o suicídio do presidente Vargas impediu um golpe de estado, é relevante considerar que haveria agora novos elementos para este entendimento voltar a ganhar força, no exemplo de uma tentativa de se impedir a posse de um presidente que pertencia a um dos partidos de apoio ao legado do ex primeiro mandatário. Uma vez que o presidente Café Filho precisou se afastar da presidência na data mencionada devido a um distúrbio cardiovascular, no mesmo dia assumiu o cargo de presidente interino o deputado Carlos Coimbra Luz (PSD-MG), presidente da Câmara dos Deputados, pois o próprio presidente era um vice-presidente que foi efetivado na presidência. Mesmo pertencendo ao PSD, um dos partidos criados para cuidar do legado de Vargas, Luz era notório adversário de Juscelino Kubitschek (JK). Tal antagonismo se mistura à de setores das forças armadas, e outros da própria política, os quais se valem do episódio para vetar a posse de JK. Carlos Luz ficou à frente do cargo de 3 a 17 de novembro, duas (2) semanas, e seu governo terminou com ele embarcado em vaso de guerra da Marinha, o *Tamandaré*, tentando ir para a base naval de Santos na expectativa de obter apoio, que acabou frustrado e teve de retornar à Capital Federal.

O mote para a crise foi à decisão do presidente interino de demitir o ministro da Guerra, general Teixeira Lott²¹, conhecido por seu legalismo e defensor do princípio constitucional que os vitoriosos na eleição tomam posse sem discussão. E o exemplo a reforçar tal conduta é de que ele votou no seu colega de farda Juarez Távora (um *tenentista*) para presidente (*vide anexos*). Quando Lott tomou ciência da iminente decisão de Luz entre os dias 10 e 11 de novembro das outras medidas conjuntamente a serem tomadas, como a nomeação do general Fiuza de Castro para seu lugar (pois este oficial era tido como figura notória na agitação contra a manutenção do estado de direito) ele deflagrou a mobilização de tropas do exército. Assim, no mesmo dia 11 o general Lott conseguiu que o senador Nereu Ramos assumisse interinamente a presidência.

²¹ - Ressalte-se que o “golpe da legalidade” perpetrado pelo general Teixeira Lott, que foi saudado como gesto decisivo para a manutenção do regime democrático, deve levar em conta que este militar afirma teve sua carreira militar prejudicada por ser um legalista e ter sido contra a Revolução de 1930. Isto significou que ele não teve promoções para as patentes superiores no mesmo tempo que oficiais mais *modernos* (recentes), mas que eram “*tenentes*” passassem à sua frente. Veja mais detalhes de Teixeira Lott nos anexos.

Vale, no entanto, reproduzir explicação dada pelo então segundo presidente interino da República, senador Nereu Ramos, logo após a destituição de Carlos Luz, para a situação do presidente constitucional Café Filho. *“O sr. Café Filho é o presidente da República (...) O juiz do impedimento é o próprio presidente Café Filho. Cessado o impedimento, por ele alegado, ele, que é o presidente Constitucional, tem na Constituição o seu direito assegurado de volta ao exercício do cargo”*²². Luz teve apoio de Carlos Lacerda (UDN-RJ), entre outros políticos, mas não é de pouca monta salientar que a responsabilidade pela crise foi do próprio presidente interino.

Cabe formular a pergunta sobre a razão de o presidente constitucional Café Filho, que tinha Lott como ministro da Guerra, não ter podido retornar ao cargo a despeito de estar em condições de saúde para tanto e mostrar o desejo de reassumir. De acordo com nota reproduzida na imprensa, o ministro teria confidenciado a um oficial de sua ligação que trouxe a notícia da intenção do mandatário, as seguintes palavras:

*“Sob hipótese alguma permitiremos o retorno do Sr. Café Filho, pois ele é um dos principais responsáveis pelo estado de coisas que intranquilizaram a nação. Trata-se de um omisso, de um fraco e já lhe falta a pouca autoridade que há tempos ainda dispunha”*²³.

Para formalizar o não retorno de Café Filho à Presidência, o Congresso Nacional (CN) votou pelo seu impedimento. E depois disso, o mesmo parlamento votou favoravelmente ao pedido de implantação do Estado de Sítio. Portanto, deu-se no final solução político-parlamentar a uma crise civil e militar que teria se originado seja por fragilidade política do presidente Café Filho, seja por intenção do substituto Carlos Luz obrar contra posse de JK por meio de um golpe de estado, ou pelas duas (2) coisas combinadas.

Fator coadjuvante para a crise foi mais uma vez o resultado da eleição presidencial, ou mais especificamente a votação do candidato Juscelino Kubitschek, que foi a mais baixa do período quando comparada a de seus dois antecessores; Eurico Gaspar Dutra (1945) e Getúlio Vargas (1950). No estado de São Paulo, por exemplo, ele obteve apenas a terceira colocação²⁴.

Ainda que sem ter a mesma dimensão dos fatos de novembro de 1955, o governo de JK se viu diante de duas (2) tentativas de golpe de estado a partir de setores da Aeronáutica, sendo a primeira em fevereiro de 1956, poucos dias depois dele ter assumido o cargo e a segunda em dezembro de 1959, três (3) anos e dez (10) meses mais tarde. Teixeira Lott continuou à frente do ministério da Guerra com JK e pode contribuir para tais tentativas serem facilmente abortadas.

²² - Folha da Manhã, 18 de novembro de 1955.

²³ - Folha da Manhã (Acervo Folha), terça-feira, 22 de novembro de 1955.

²⁴ - Para um detalhado acompanhamento das eleições presidenciais brasileiras e compará-las à de JK vide *Eleições presidenciais e congressuais no Brasil* (MALUF:2020).

Crise da Renúncia de Jânio Quadros

A vitória eleitoral de Jânio Quadros em 1960 na disputa pela presidência da República foi inquestionável pela diferença de votos em relação ao segundo colocado, conquanto ele também não tivesse alcançado 50% dos votos válidos do eleitorado²⁵. Pela primeira vez desde 1945 uma força política diversa da que sustentava a herança de Getúlio Vargas conseguiria governar, embora se a vitória pessoal do ex-governador e ex-prefeito de São Paulo fosse clara, PTB e PSB continuariam juntos se constituindo em forças majoritárias e o vice-presidente eleito (reeleito), João Goulart (PTB), pertencia justamente a este passado. A importância do resultado se constatava pelo atendimento ao princípio da alternância no poder de forças políticas distintas e representativas, reduzindo a insatisfação dentre as organizações relevantes eleitoralmente que ficam sempre na oposição e encontram motivos reais ou imaginários para chegar ao poder por expedientes não democráticos. Ademais, Jânio não era homem que se importava com partidos políticos como bem o demonstrou em diversos momentos de sua rápida carreira política. Concorreu por uma legenda minúscula, o PTN, embora tenha tido o apoio da UDN. Em si mesmo isso já carregava algo de preocupante.

Portanto, as condições político-parlamentares e de temperamento do próprio presidente levaram ao desfecho do dia 25 de agosto de 1961 em que o presidente renunciou ao cargo justificando que “*forças terríveis*” se colocariam contra o sucesso de seu mandato. Ou seja, passaram-se menos de sete (7) meses no cargo e menos de seis (6) anos desde o último grande impasse de novembro de 1955. Abria-se, assim, terrível crise político-institucional uma vez que o vice-presidente João Goulart era tido como *populista, ou comunista, ou fraco*, etc, sofrendo veto dos ministros militares apesar de pela constituição não haveria o que discutir. Por outro lado, naquele momento, vários oficiais das três (3) armas não defendiam qualquer alternativa fora da Constituição Federal.

É bem conhecido como se conseguiu encaminhar a solução para este desafio de sorte a que não houvesse um golpe de estado e permitisse a Goulart a assunção ao cargo; deu-se por uma combinação de forte resistência a partir do cunhado e governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), bem como de outros líderes civis importantes como Tancredo Neves (PSD). O Brasil esteve rigorosamente na iminência de uma guerra civil em consequência de elevada dependência do sistema político a um homem providencial e a adoção do Parlamentarismo atendia apenas a uma questão emergencial, tanto assim que durou somente 16 meses uma vez que plebiscito²⁶ realizado em janeiro de 1963 para que o eleitorado decidisse sobre o futuro resolveu por fim a experiência.

Ora, o presidente se valeu do retorno ao Presidencialismo em seu sentido estrito para montar um ministério bem ligado à sua visão e compromissos. Neste sentido, lançou o programa das *Reformas de Base*, cujos pontos foram vistos como a abertura do país para o comunismo, conquanto o teor das propostas eram muito parecidas com medidas adotadas por

²⁵ - A razão para destacar este fato é que nas eleições de Getúlio Vargas em 1950 e na de JK em 1955 eles também não as alcançaram, mas a validade dos resultados foi questionada por setores das oposições.

²⁶ - A realização do plebiscito para este tema, que ocorreria no terceiro ano do mandato, foi a condição posta para os apoiadores de João Goulart aceitarem que ele tomasse posse.

muitos países de economias desenvolvidas e capitalistas. Porém, a percepção tende a contar mais do que os fatos junto a vários setores, e esse era o caso em vários setores militares, religiosos e de proprietários rurais. Desse modo, a conspiração contra seu governo ganhou impulso. Todavia, o fator que selou a sorte do governo Goulart foi muito mais a sindicalização das bases das forças armadas o que representava quebra da hierarquia e disciplina. Se no ano de 1961 houve resistência clara em boa parte da sociedade civil e mesmo militar frente a tentativa de golpe de estado, em 1964 praticamente nada houve, enquanto os próprios conspiradores contaram com apoio de amplos segmentos da sociedade.

A partir do golpe de estado de março-abril de 1964 os militares passaram a se envolver diretamente na vida política do País, governando-o sem dispor de composições com civis que permitissem que os mesmos ficassem à frente do cargo de presidente. Assim, as eleições diretas para os cargos de presidente, governadores e prefeitos de capitais e áreas de segurança nacional foram extintas, ainda que isso ocorresse em etapas distintas. O presidente, principalmente, passou a ser uma escolha dentro das forças armadas, basicamente do exército, tendo seu nome votado pelo Congresso Nacional (CN), conquanto não houvesse espaço para qualquer revés no nome apresentado à sua deliberação, uma vez que o parlamento sofreu várias restrições de sorte a assegurar que a ARENA, partido que foi criado para apoiar o regime, tivesse maioria, como também parlamentares de oposição considerados perigosos para o regime tiveram seus mandatos cassados.

Edição do Ato Institucional número 5

Do golpe militar desfechado contra o governo do presidente Goulart em 31 de março de 1964 até a edição do Ato Institucional n. 05, em 13 de dezembro de 1968, no governo do presidente Costa e Silva passaram-se quatro (4) anos e nove (9) meses. O AI-5 se tornou o instrumento jurídico pelo qual o regime militar passou a dispor de maior capacidade de repressão sobre a oposição e foi justificado como sendo a única maneira de se combater os movimentos armados de oposição²⁷. O importante a se observar é que o AI-5 foi uma ruptura institucional dentro do regime que por si próprio nasceu de uma ruptura institucional. A diferença é que no primeiro caso, em 1964, o golpe de estado afrontou a constituição então vigente, de 1946, enquanto no caso do AI-5 em 1968, afrontou-se a constituição já promulgada pelo regime no início de 1967 sendo este próprio instrumento um recurso violador da própria carta magna.

O Veto à posse do vice-presidente Pedro Aleixo

Em agosto de 1969, oito (8) meses depois da edição do AI-5, o presidente Costa e Silva sofreu um grave acidente vascular cerebral (AVC) falecendo quatro (4) meses mais tarde. O vice-presidente da República, Pedro Aleixo, um civil e ex-parlamentar, foi impedido de assumir a presidência até mesmo interinamente por decisão dos ministros militares que assim deram claro exemplo de que o regime não respeitava as próprias regras que criara, mesmo que os

²⁷ - Os vários grupos (os quais eram em sua maioria formados por militantes de esquerda e comunistas) que enveredaram pela luta armada eram denominados de terroristas pelo regime e se auto proclamavam guerrilheiros.

dois generais que se tornaram presidentes até então (Castelo Branco e Costa e Silva) assumiram o cargo declarando que a democracia era o bem a ser defendido pelo regime. Neste evento da doença do presidente, o elemento que deve ter sido decisivo para os ministros militares terem vetado a posse do vice, mesmo que interinamente, foi sua manifestação contrária à aprovação do AI-5 na reunião do Conselho Supremo da Revolução (CSR), presidida pelo próprio presidente Costa e Silva, quando este foi aprovado pelo voto dos demais integrantes. Na ocasião, Pedro Aleixo justificou sua posição alegando que a constituição de 1967 já dava suficientes recursos para o governo enfrentar o desafio do momento, e, ainda desconfiava da interpretação que seria feita por funcionários subalternos que poderiam valer-se deste novo recurso para perseguições a adversários, entre outras possíveis injustiças. No momento em que os médicos que tratavam do presidente Costa e Silva informaram aos ministros militares que a saúde dele não teria mais recuperação, estes se converteram em uma junta militar, reunindo o CSR, e afastaram o presidente definitivamente. Assumiram assim as funções da presidência da República e começaram a preparar a sucessão, o que se materializou na escolha consensual do general de exército Emílio Garrastazu Médici. Em 25 de outubro o Congresso Nacional (CN) aprovou o nome de Médici por 239 votos e 76 abstenções, que tomou posse no dia 30 com seu antecessor ainda vivo²⁸.

A vitória da oposição no Colégio Eleitoral em 1985

Vinte anos e dez meses após o golpe de estado que derrubou o então presidente da República João Goulart²⁹ e implantou o regime autoritário, mais precisamente em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral, que havia sido criado pelo próprio regime militar para substituir as eleições diretas para presidente e assegurar a vitória de seus candidatos, se reuniu pela última vez. Mas nesta oportunidade o resultado foi diferente: venceu o candidato da oposição Tancredo de Almeida Neves, conquanto a candidatura vitoriosa fosse resultado de um pacto denominado Aliança Democrática o qual se forjou entre o PMDB com dissidentes do último governo, o de João Batista Figueiredo. Estes dissidentes deixaram o PDS para formarem a Frente Liberal que mais tarde se tornaria o Partido da Frente Liberal (PFL) e atual Democratas. Tancredo obteve 480 votos³⁰ contra 180 dados a seu adversário Paulo Salim Maluf, 17 abstenções e nove (9) ausências. O candidato vitorioso teve como companheiro de chapa à vice-presidente o então senador José Ribamar Sarney. Tanto Tancredo Neves quanto José Sarney iniciaram suas vidas políticas no período da Constituição de 1946.

A diferença do evento aqui arrolado com anteriores que são tratados no presente documento é de que este se trata do uso das próprias regras vigentes para conseguir um resultado diferente do que seria o esperado. É em certo sentido uma ruptura com a instituição vigente, porém sem o recurso à força e dotado do propósito maior de redemocratizar o País. Mas tal resultado foi possível por ao menos dois fatores combinados, a saber: a abertura

²⁸ - Arthur da Costa e Silva faleceu em 17 de dezembro de 1969.

²⁹ - E 17 anos e um mês após a edição do Ato Institucional número 5 que marcou o endurecimento do regime militar afrontando por completo o estado de direito.

³⁰ - O Partido dos Trabalhadores (PT) tinha apenas oito (8) votos no Colégio Eleitoral. Embora o partido tivesse se colocado contra o apoio a Tancredo Neves, três (3) deputados dissentiram e votaram a favor do ex-governador de Minas Gerais, a saber: Airton Soares (SP), Bete Mendes (SP) e José Eudes (RJ).

política³¹ com a qual se comprometeu o general João Batista Figueiredo ao ser eleito presidente no Colégio Eleitoral em 1978, bem como a campanha em prol das eleições diretas para presidente da República iniciada em fins de 1983, que foi capaz de aglutinar uma ampla insatisfação popular na direção de um propósito comum ainda que não fosse capaz de naquele momento gerar opinião pública suficiente para que a então Proposta de Emenda Constitucional (PEC), conhecida pelo nome de seu autor deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), fosse aprovada pelo Congresso Nacional. Apesar de não conseguir o quórum mínimo qualificado para que a PEC das diretas fosse aprovada, a maioria presente na Câmara dos Deputados (CD) votou favoravelmente. Foram 298 votos a favor, 65 contra e três (3) abstenções, sendo que 113 parlamentares do PDS deixaram o plenário para não votar e também impedir a obtenção do número mínimo necessário para que esta pudesse seguir adiante³². Ficaram faltando 22 votos para que se atingisse o quórum constitucional de 320 e assim a proposição pudesse ser enviada ao Senado Federal (SF). Ou seja, se houve frustração popular com a derrota da PEC Dante de Oliveira, houve igualmente capacidade política de maior parte das oposições para usar estas mobilizações populares na direção deste novo recurso a ser empregado, o qual também passou por grandes mobilizações públicas em prol do candidato Tancredo Neves.

Não é menos relevante que membros da ala dura³³ do regime militar procuraram sabotar a redemocratização em mais de uma ação ao longo dos últimos tempos, porém este próprio grupo já não reunia a mesma força de antes e se encontrava muito isolado. Assim, apesar dos sustos perpetrados, o processo de redemocratização seguiu incólume.

Impeachment do presidente Fernando Collor de Mello

É difícil não ficar incomodado com o fato de que o primeiro presidente eleito pelo voto direto no País desde 1960, Fernando Collor de Mello, sofreria impedimento. Em 29 de setembro de 1992, cerca de dois (2) anos e meio depois de tomar posse e três (3) anos e nove meses depois da Assembleia Constituinte promulgar a nova constituição do Brasil, Fernando Collor era afastado provisoriamente do cargo para que o Senado Federal o investigasse por acusação de improbidade administrativa e, assim, ele não mais retornaria ao cargo. No dia 30 de dezembro de 1992, o plenário do Senado Federal (SF) aprovava por 76 votos a favor (96,2%) e três (3) contrários (3,8%) em 79 votantes de um total de 81 senadores o relatório final que apontava ser o presidente Collor de Mello culpado do crime de responsabilidade e o impedia de exercer a função pública por oito (8) anos. Ele havia renunciado no dia anterior quando o SF deu início à fase final de seu julgamento supondo que talvez isso evitasse a perda dos direitos políticos ou até mesmo que a votação de seu impedimento não se consumasse.

³¹ - Mas a própria abertura política resultou em boa medida do desgaste sofrido pelo regime militar, dissidências internas que já começavam a se verificar em sua base civil.

³² - À época a Câmara dos Deputados tinha 479 deputados.

³³ - A vasta literatura especializada que trata do regime militar reconhece a existência desta divisão interna no regime militar na qual uma ala revolucionária seria adepta de dura repressão e manutenção dos militares à frente do governo, enquanto outra seria vista como mais liberal, rotulada de Castelista, ou sorbonista, em referência ao ex-presidente Castello Branco. De qualquer forma, tal divisão não parece ter sido tão grande assim durante boa parte deste período como demonstra a própria longevidade do regime.

Mesmo que o *impeachment* do presidente seja um mecanismo previsto na Constituição Federal contando com lei de 1950 para regulá-lo, ainda assim não deixa de ser este evento um indicador de algum problema maior no funcionamento do sistema político que o recurso tenha sido usado logo com o primeiro presidente do período de uma nova carta magna do País. Fator importante desta explicação se encontra no sistema partidário, um subsistema do sistema político, e dos mais importantes porque as organizações políticas são o único caminho legal para a chegada ao poder, reunindo os interesses, visões e programas para o País. Não obstante, a existência de muitos partidos dificulta a representação, pois tende a fragmentar este universo confundindo diferenças pessoais entre os candidatos com as diferenças de propostas. Ora, Collor de Mello foi eleito por um partido pequeno e desconhecido, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), em meio a 22 candidaturas a presidente da República sendo muitas destas de nomes representativos e históricos da política brasileira, que não deveriam ser meros figurantes, mas ficaram próximo desta classificação. O então candidato, cuja postulação não era percebida como uma ameaça, associou o governo do presidente Sarney e, portanto da Nova República, com corrupção, inflação e sofrimento da população. Mostrava como exemplo o que havia feito para “*por fim à corrupção*” quando governou o estado de Alagoas. É verdade, também, que parte da imprensa deu grande espaço para ele na fase ainda de pré-candidatura, permitindo que ele ganhasse notoriedade nacional. Conseguiu convencer parte expressiva do eleitorado que o colocou já a frente dos demais concorrentes no primeiro turno, abrindo grande vantagem em relação ao segundo colocado e contra quem disputaria o segundo turno, a saber, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Mesmo com elevada diferença sobre o principal adversário sua votação não deixava de ser modesta por qualquer das três (3) bases mais comuns para se verificar o desempenho, a saber: 32,47% dos votos válidos, 30,44% do comparecimento e apenas 27,55% do eleitorado apto a votar.

Apesar de a existência do segundo turno, uma novidade da constituição de 1988, constituir-se em um filtro importante para que o eleitorado possa comparar melhor as ideias e propostas dos finalistas, já era tarde uma vez que nomes mais representativos e com maior base para efetuar alianças para governar não conseguiram suplantar ao segundo colocado Lula no primeiro turno, tido como um radical de esquerda. Outro fator a ser considerado para o desfecho é o fato de que a eleição foi solteira, ou seja, a única do atual período democrático a que a escolha para presidente da República se deu desacompanhada da eleição para o Congresso Nacional, que ficou para o ano seguinte.

O afastamento definitivo do presidente da República por decisão do Congresso Nacional após um processo de três meses não pode ser enquadrado como ruptura institucional³⁴, mas não deixou de ser fator de instabilidade para um regime democrático com tantos desafios ainda pela frente. De qualquer forma, a assunção do vice-presidente Itamar Cautiero Franco propiciou a aglutinação de forças comprometidas com o sucesso do regime democrático, permitindo até mesmo a confecção de um plano econômico bem idealizado, o Plano Real, que garantiu a estabilização da moeda.

³⁴ - Destacando que o presidente pôde fazer sua defesa.

O Escândalo do Mensalão

Desde o impeachment do presidente Collor no final de 1992 até o ano de 2005 é possível afirmar que o sistema político não havia enfrentado mais qualquer desafio de grandes proporções. Nesse interim, o Brasil contou com dois governos seguidos do mesmo partido, o PSDB, na pessoa do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002)³⁵ dando início, a seguir, à experiência inédita de uma força declaradamente de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), na direção do Brasil pela pessoa do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), quem também governaria por dois mandatos consecutivos.

No momento em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava no primeiro semestre do terceiro ano do mandato eclodiu escândalo de corrupção de grandes proporções que abalaria a imagem imaculada com a qual o seu partido e o presidente zelavam perante a opinião pública, o qual viria a ser conhecido pelo apelido de escândalo do *Mensalão*, termo cunhado pelo principal pivô da crise que consumiria muita atenção dos agentes públicos em geral e praticamente paralisaria o governo. Flagrante de um funcionário de carreira da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) ligado politicamente ao deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), de partido que integrava a base aliada do governo, denunciava mecanismo de arrecadação de propina o qual era repassado para o PTB, o qual garantia que grupo de parlamentares votasse de acordo com as propostas do governo. Deste evento se levantou todo um esquema mais amplo envolvendo a base aliada no Congresso Nacional (CN), o que levou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, bem assim julgamento de parlamentares individualmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), seja com a cassação de mandato no âmbito do próprio parlamento quanto de penalização pelo STF. O mesmo parlamentar afirmou que o presidente Lula tinha conhecimento do funcionamento, pois ele, Jefferson, o alertou pessoalmente e, assim, abria-se em tese a possibilidade de crime de responsabilidade³⁶. De qualquer forma, a ideia de impeachment não prosperou. Um dos principais fatores para isto não acontecer deveu-se a que o principal adversário, o PSDB, entender que isto aumentaria riscos político-institucionais e, também, pelo fato de o governo ter popularidade e se tratar do primeiro mandato de uma força política assumidamente de esquerda.

O arrolamento que faço do *escândalo do Mensalão* no presente trabalho tem o propósito de mostrar as várias implicações para o sistema político do regime democrático brasileiro. Primeiramente há de se considerar a questão da própria corrupção, algo que atravessou a história das instituições do Brasil, mas quase invariavelmente sendo adjetivada por setores políticos de esquerda e também progressistas em geral como sendo algo menor, o qual seria maximizado por setores reacionários e conservadores, e uma imprensa que seria seus porta-vozes. Ou seja, tal prática, embora negativa, seria coisa menor diante do progresso verificado e o tempo a eliminaria com o desenvolvimento do País. Outro fator é o próprio

³⁵ - No transcurso do primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso apresentou-se a aprovou-se emenda constitucional permitindo o direito de uma reeleição subsequente para os cargos de presidente, governadores e prefeitos já para entrar em vigor nas eleições gerais seguintes de 1998. O processo de tramitação também levou a denúncias seja de compra de votos para aprovação quanto de casuismo pelo fato da emenda já surtir efeitos para as eleições vindouras.

³⁶ - À época o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo (PSDB) reforçou a afirmação do parlamentar do PTB agregando que também havia o pagamento de um bônus anual em troca de apoio ao governo e que dois parlamentares de seu partido teriam sido alvos de oferta. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PC do B-SP) e o líder do governo no Senado Federal (SF), senador Aloísio Mercadante reconheceram que o presidente fora alertado, mas que teria mandado investigar o caso.

tratamento político dado à questão³⁷. Se por um lado houve investigação e punições, o que pode ser entendido como algo fundamental para a própria credibilidade do sistema, por outro parece claro que foi parcial e não conclusiva frente aos próprios denunciados. Considere-se o fato de o PSDB ter poupado o presidente Lula e este ter sido reeleito em 2006, ainda que em segundo turno³⁸, e o que voltaria a ocorrer mais à frente com o escândalo do *Petrolão*. Para um setor da opinião pública isto não convenceu.

No decorrer das investigações da CPI dos Correios, bem assim da abertura de investigação contra o deputado federal José Dirceu (ex-ministro-chefe da Casa Civil)³⁹, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, fez tanto autocrítica sobre seu partido quanto dura crítica ao PT e ao presidente Lula em artigo publicado na imprensa⁴⁰.

“Nós, do PSDB, erramos no timing em episódio recente. Embora as denúncias de doações irregulares para a campanha de alguns tucanos mineiros sejam de natureza muito distinta da ‘farrá do boi’ de Brasília, demoramos a dar o sinal de que ‘não somos iguais’ (...) Se o senador Eduardo Azeredo tivesse mostrado no primeiro instante, como mostrou na CPI, de onde partiram as ordens para a captação de recursos em 1998, teria evitado muita incompreensão”.

Mais à frente de seu artigo o ex-presidente afirma:

“Que se apure tudo o que ocorreu, agora ou no passado, sem perder de vista que nunca houve na História do Brasil uma sequência de desvios de conduta tão deprimente como a que foi montada no País sob os auspícios de um partido, o PT, que se arrogava o monopólio da ética e, que, sob esta escusa, estava construindo uma estrutura de poder gigantesca baseada na arrogância e na corrupção”.

“Não acusemos pessoas antes da hora, não confundamos o joio com o trigo, nem as diferentes espécies de joio, dentro e fora do PT e dos demais partidos. Deixemos que a democracia se afirme com o aprofundamento das investigações”.

(...)

“(...) E se crime de responsabilidade houver ou quebra de decoro parlamentar, sigam-se as regras estabelecidas na Constituição com todas as consequências. Não tergiveremos nem inventemos alternativas descabidas”.

Para além da questão da corrupção em seu mérito, bem como da percepção da opinião pública de como a mesma é tratada pelos agentes políticos e judiciais, há de se ter em conta as próprias regras de funcionamento do sistema político brasileiro as quais podem ser

³⁷ - Quase invariavelmente a pecha que se atribuía às forças políticas que propugnavam combate à corrupção era de “moralista” e “pequenos burgueses”, outro modo de dizer que se apegariam a coisas menores, superficiais, porque a corrupção “verdadeira” estaria na dominação de uma classe social sobre outra.

³⁸ - Seu desempenho foi o seguinte: obteve 37,6% e 45,6% respectivamente sobre o eleitorado apto no primeiro e no segundo turno e 48,6% e 61,3% respectivamente dos votos válidos no primeiro e no segundo turno.

³⁹ - Dirceu que sempre foi considerado um dos homens fortes do PT e do próprio governo Lula exonerou-se do cargo em 21 de junho de 2005 após ser denunciado pelo próprio Roberto Jefferson. Dirceu primeiramente e Jefferson mais tarde teriam seus mandatos cassados pela Câmara dos Deputados.

⁴⁰ - *Decisão e Franqueza*. Artigo publicado na página A-2 do Jornal O Estado de São Paulo em 7 de agosto de 2005.

entendidas como facilitadoras da prática da corrupção uma vez que há elevada fragmentação partidária impossibilitando ao partido do governo, ou mesmo aos que tem mais afinidade programática, chegar perto da obtenção de maioria no parlamento⁴¹. A legislação eleitoral baseada no voto de lista proporcional aberto combinado à facilidade com que partidos sem qualquer representatividade são criados e obtém quase as mesmas vantagens proporcionadas para se acessar fundos públicos torna impossível às organizações de maior representatividade elegerem representantes em números que formem maioria parlamentar. A isto se agregue que no sistema presidencialista, o chefe de estado e de governo, uma só pessoa, é eleito por fórmula distinta, majoritária, a qual tende a fortalecer características personalistas. Seguramente estes fatores pesam, mas não podem ser os únicos a explicar a persistência da corrupção (o que voltarei a fazer mais à frente).

Mobilizações de 2013

No mês de junho de 2013, oito anos depois do início do escândalo do *Mensalão*, mobilizações de jovens estudantes aglutinados em torno da sigla *Movimento Passe Livre (MPL)* em defesa do transporte público gratuito tomaram várias vias públicas das grandes capitais brasileiras, particularmente de São Paulo e Rio de Janeiro, e sem que parecesse algo planejado, as mesmas desbordaram para outras manifestações aparentemente sem quaisquer lideranças e ligações com o MPL as quais geraram vários confrontos com as forças policiais. As manifestações ocorreram no decorrer de vários dias em um crescendo de participantes e no seio destas surgiram grupos mascarados conhecidos como “*black boots*”⁴² que atacavam o patrimônio público e privado e saquearam várias lojas do comércio, bem como destruíram estações de metrô, de trens, vagões, catracas, etc. O pano de fundo comum a todas estas, com maior ou menor vocalização, era insatisfação com a qualidade, o custo dos serviços públicos e a corrupção, e tiveram como fator estimulador o fato de o País estar realizando no mesmo ano a Copa das Confederações de futebol, evento que antecederia a própria Copa do Mundo do mesmo esporte, que viria a se realizar em junho e julho de 2014, tornando aguda as contradições de um País socialmente desigual. Em termos simbólicos o ponto alto foi quando manifestantes cercaram o Congresso Nacional (CN) e subiram nas cúpulas no dia 17 de junho, apesar das manifestações terem prosseguido dias seguidos, sobretudo nas capitais paulista e fluminense. Tais eventos, embora de natureza privada, levaram à construção de vários estádios (ou arenas) e cumpriam duras exigências da Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA), acarretando altos custos econômicos e financeiros e indiretamente recaindo sobre o governo brasileiro em diferentes níveis devido ao apoio para a realização dos mesmos.

No mesmo mês de junho de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) estava na fase de eventuais revisões de penas dadas aos condenados do julgamento do escândalo do *Mensalão* o qual havia sido concluído em 17 de dezembro de 2012 após sete (7) meses⁴³, tendo como

⁴¹ - O mesmo ocorre nos níveis estaduais e municipais.

⁴² - No caso específico dos organizadores do MPL, estes declararam em 21 de junho que suspenderiam as manifestações nas capitais em decorrência de infiltrados que distorceriam a bandeira do movimento mediante atos de violência.

⁴³ - O próprio julgamento do *Mensalão*, que teve tramitação iniciada em maio do mencionado ano se deu apenas sete (7) anos depois da eclosão do escândalo, facilitando a percepção de parte da opinião pública sobre a morosidade da Justiça quando se trata de julgar pessoas com poder político e/ou econômico.

relator o ministro Joaquim Barbosa⁴⁴ que pediu a condenação de vários réus e a absolvição de alguns poucos. Mesmo com a condenação de réus que tiveram grande poder político, havia sentimento difuso e generalizado na sociedade sobre as dificuldades de se combater a corrupção quando esta envolvia altos escalões⁴⁵.

Manifestações como estas são parte inerente dos regimes democráticos, embora se possa sempre questionar a legitimidade do uso da violência como meio de afirmação e /ou convencimento. Contudo, a razão para inserir estas manifestações neste trabalho que trata especialmente de rupturas institucionais é o fato de terem se caracterizado pela ausência quase total de efetiva organização e, mais importante, ausência de lideranças e, por outro lado, por terem alcançado magnitude quase sem comparação com quaisquer outras ocorridas na história republicana brasileira. Indo além; a partir deste momento constata-se também a existência de vários grupos que passaram a se assumir como direita no espectro ideológico⁴⁶, o que passou a ser uma novidade uma vez que o termo quase invariavelmente não encontrava adeptos no Brasil pela associação que se fazia ao *nazifascismo* e aos crimes perpetrados pelo regime nazista alemão contra os judeus em particular.

Por mais que se deva levar em conta como elemento explicativo que as chamadas *redes sociais*⁴⁷ tenham responsabilidade para tal ocorrência, as mesmas se constituem antes em fatores facilitadores. Assim, se um dos pressupostos da democracia é que esta funciona com base em partidos políticos e movimentos capazes de aglutinar interesses, visões de mundo e programas, as manifestações em tela estariam fora deste enquadramento e poderiam indicar fragilidade da própria democracia brasileira. Todavia, há também a se considerar em sentido contrário, que estas poderiam exprimir um novo despertar da sociedade brasileira no qual as lideranças que se forjaram antes e durante a redemocratização perderam a capacidade de liderar, porém novas estariam sendo forjadas, mas ainda sem terem tido tempo de despontar. E, além disso, há que se ponderar se o Brasil contemporâneo, como também outros países, não se depara com um achatamento da hierarquia de lideranças, em maior horizontalidade nas relações políticas e sociais em uma sociedade na qual se tornou um fato o largo alcance da tecnologia combinada à profusão das redes sociais.

⁴⁴ - No ano de 2013 o ministro Joaquim Barbosa estava na Presidência do STF.

⁴⁵ - Ainda assim, pesquisa de opinião pública sobre o *Perfil Ideológico dos Brasileiros* realizada pelo Instituto Datafolha nos dias 28 e 29 de novembro de 2013 com 4.557 entrevistados em 194 municípios brasileiros, em meio a várias questões formuladas, constatou que 86% responderam que o ministro Joaquim Barbosa “*agiu bem*” em determinar a prisão dos condenados do *Mensalão*. E 78% afirmaram que ele “*agiu de acordo com a justiça*”.

⁴⁶ - Ainda que determinadas frações possam ser enquadradas como de extrema direita, mesmo que estes não se definissem desta maneira. Claro exemplo disso já era a defesa de intervenção militar, reedição de AI-5, enfim, da instauração de regime autoritário. Porém, o que parece mais fácil afirmar é que neste segmento parece predominar simplesmente a ignorância em relação a própria história do Brasil e Internacional.

⁴⁷ - As redes sociais só foram efetivas para a força das convocações devido à própria popularização e disseminação dos aparelhos de telefonia celular, cujos aplicativos e ligação à internet são aspectos tecnológicos que fazem a diferença.

Operação Lava Jato

Já no ano seguinte, a partir de março de 2014, teve início a *Operação Lava Jato*⁴⁸ que foi desencadeada pelo Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF), a qual teve seus primeiros atos de repercussão pública com as prisões do doleiro Alberto Yousseff no dia 17 e do então diretor de Abastecimento da empresa Petrobras, Paulo Roberto Costa. Nos e-mails investigados do doleiro apareceram comunicações sobre doações eleitorais irregulares envolvendo construtoras e políticos de vários partidos, bem assim o papel que certos diretores e gerentes da empresa tiveram na captação destes recursos ilícitos e, ainda, em proveito próprio. Este seria também o ano da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil e das eleições gerais em outubro, eventos estes que propiciavam maior repercussão das notícias.

O que parecia claro com tais investigações, é que o esquema de arrecadação de recursos ilícitos para campanhas eleitorais, valendo-se de empresas públicas, e do conluio de vários agentes públicos e políticos, estava intacto. Ou seja, o escândalo do *Mensalão*, denunciado pouco menos de nove anos antes (bem como suas consequências políticas e judiciais) não foi suficiente para pôr termo a tal tipo de prática. O uso da Petrobras⁴⁹ para tal finalidade já parecia ser precoce objeto do interesse da nova força política que chegava ao Planalto, o Partido dos Trabalhadores (PT). Como escreveu a então jornalista Dora Kramer, então colunista do jornal *O Estado de São Paulo*:

“A ideia de usar a Petrobras para fins políticos já podia ser identificada claramente no primeiro grande encontro do PT logo após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, no Hotel Nacional, em São Paulo. Nos bastidores, travava-se uma batalha pela presidência da empresa e os interessados comentavam quanto o posto lhes seria útil para os planos futuros de eleições para os governos dos estados.

“A falta de cerimônia naqueles comentários soava a bravata à época. Hoje fazem todo o sentido, como um indicativo de ação premeditada agora exposta sem a menor sombra de dúvida na série de fatos relatados sobre os prejuízos que o manejo político da empresa vem causando à Petrobras.”⁵⁰

As investigações e encaminhamentos de denúncias formalizadas à Justiça Federal de grande parte dos envolvidos, em vara do município de Curitiba (PR), por parte do Ministério Público Federal (MPF), enveredaram pelos anos seguintes. Sentenças começaram a ser proferidas em primeira e segunda instâncias dividindo opiniões tanto nos meios políticos e

⁴⁸ - O nome dado a Operação, segundo informação do Ministério Público Federal (MPF) se deveu as investigações iniciais em postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos considerados ilícitos a uma das organizações inicialmente investigada. A Lava Jato, enquanto força-tarefa, foi oficialmente encerrada por decisão do procurador-geral da República, Augusto Aras, em 1 de fevereiro de 2021, conquanto ele tenha dito que a mesma só mudou de nome e os procuradores estarão atuando no *Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)*, o qual não terá foco exclusivo. Isto quer dizer que muitas investigações e depoimentos ainda estão por ser feitos.

⁴⁹ - E especialmente os considerados negócios de caráter político que assumidos pela empresa como a aquisição da usina de Pasadena (EUA) e da parceria com a empresa venezuelana congênere PDVSA para a construção da refinaria Abreu de Lima em Pernambuco.

⁵⁰ - *Caso Sério*, jornal O Estado de São Paulo, edição de 25 de março de 2014, página 6.

jurídicos quanto na sociedade brasileira, especialmente por terem atingido diretamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quem foi condenado e preso⁵¹. Se para amplo segmento de meios especializados e da sociedade a opinião era amplamente favorável, para os mais diretamente atingidos e seus advogados tratava-se de perseguição e desrespeito a direitos fundamentais dos acusados que não teriam acesso ao teor das denúncias nos processos.

Seja neste tópico como em outros aqui arrolados o objetivo não passa por fazer uma crônica de acontecimentos, mas sim pela reflexão de como se insere no desenvolvimento político do Brasil⁵². Poder-se-ia em um primeiro momento dizer que tal assunto escapa ao sistema político se tratando de questão eminentemente judicial. Contra tal tipo de concepção há que se advertir que toda a organização dos poderes decorre de decisões políticas tomadas tanto pela Assembleia Constituinte responsável original pela constituição quanto pelo Poder Legislativo ordinário, bem como pelos órgãos constituídos para efetuar fiscalização os quais transcendem o próprio Parlamento, seja na forma de auxilia-lo (Tribunal de Contas), quanto dos poderes independentes (Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior de Justiça) e o Ministério Público. Envolve diretamente os poderes executivo e legislativo que são os responsáveis diretos pela produção da legislação e organização dos mecanismos encarregados de prevenir a prática de corrupção. Ademais, a ciência política já há algum tempo tem se debruçado sobre o que se convencionou chamar “*Judicialização da Política*”, ou seja, a elevada quantidade de matérias que seriam eminentemente políticas em seus méritos as quais desbordam para a Justiça, particularmente para o STF, seja por omissão de decisões dos agentes políticos quanto por provocação dos mesmos a mais alta corte. E também começa a se interessar pelo oposto, a saber, a “*Politização da Justiça*” a qual se daria muito por decisões individuais⁵³ (principalmente) dos membros da mais alta corte geralmente por meio de medidas liminares que seriam entendidas como de baixa adesão a princípios constitucionais ou mesmo jurisprudência já firmada pelo STF.

O que se pode afirmar aqui em um terreno ainda tão aberto a estudos, bem como imerso em paixões que tendem a toldar a lucidez para as investigações que se desejam científicas, é que a despeito das divisões políticas provocadas a Justiça pôde tomar decisões condenatórias sobre personagens dispondo de elevados recursos de poder político, estando ou não em cargos públicos no momento em que tiveram de responder à Justiça ou já fora destes, porém mantendo grande influência sobre liderados com mandatos populares. Em um Brasil no qual a noção de Justiça é de que a mesma condena os mais fracos, os que não dispõem de condições para pagar caros advogados para defendê-los, tais resultados revelam força das instituições que foram forjadas pelas decisões políticas do passado. Em outras palavras, a mensagem que se passa à sociedade é de que poderosos podem ser sim condenados e até mesmo presos. Provavelmente, gerou-se outro padrão de exigência na sociedade, bem como de cultura política sobre a qual tratarei no final do presente documento.

⁵¹ - Em primeira instância, o ex-presidente Lula foi condenado em sentença proferida pelo então juiz Sergio Moro no dia 12 de julho de 2017 por corrupção passiva em relação ao caso de suposta aquisição de apartamento triplex no município de Guarujá (SP). Em segunda instância ele foi condenado por decisão unânime dos três desembargadores do Tribunal Federal em Porto Alegre (RS) no dia 24 de janeiro de 2018. E sua prisão, após a condenação em segunda instância, se deu no dia 7 de abril de 2018 em São Bernardo do Campo (SBC) quando foi em seguida transferido para Curitiba.

⁵² - Mas apesar de não se fazer aqui crônica de acontecimentos é importante registrar que desde a promulgação da CF em 1988, muita legislação foi aprovada no âmbito federal para penalizar a prática da corrupção e de assuntos conexos. Exemplo dos mais relevantes em termos históricos foi a sanção da Lei Complementar número 64/90 que trata dos casos de ineligibilidade, a qual ficou conhecida como Lei da Improbidade Administrativa.

⁵³ - Chamadas no jargão do mundo jurídico de monocráticas.

O impeachment da presidente Dilma Rousseff

Um ano e cinco meses após ter tomado posse para o seu segundo mandato, a então presidente da República, Dilma Vana Rousseff (68) era afastada do cargo por 180 dias acusada de ter cometido crime de responsabilidade por decisão do Senado Federal (SF)⁵⁴ ao ter assinado seis decretos de créditos no exercício de 2015 em desacordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aceitando o parecer do relator senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) a qual se deu pelo voto de 55 senadores a favor (71,4%) do afastamento e 22 contrários (28,6%) totalizando 77 votantes de 81 membros da instituição. Poucos minutos depois ainda no Palácio do Planalto, sede da presidência da República, a mandatária recém afastada afirmava ter sido “vítima de injustiça” e acrescentou “Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes”⁵⁵. O processo de julgamento levaria três meses e 19 dias ao cabo do qual, em 31 de agosto, o plenário do mesmo SF aprovou seu impedimento definitivo por 61 votos a favor (75,3%) e 20 contrários (24,7%), em um total de 81 votantes, ou seja, todos os membros da instituição se posicionaram⁵⁶. Assumia o cargo em definitivo o vice-presidente Michel Miguel Temer Lulia (PMDB), que já havia estado na função desde o primeiro mandato iniciado em 2011.

É consistente afirmar que o resultado se deu pela combinação de três fatores, a saber: forte teor e consistência da denúncia, quadro econômico adverso e frágil interlocução da presidente Dilma Rousseff com o Congresso Nacional (CN), algo amplamente registrado pelos diversos órgãos de imprensa reproduzindo desde o início de seu primeiro mandato a resistência da mandatária à conversa e negociações com parlamentares. Não é apenas simbólico destacar que Rousseff não era membro de primeira hora do Partido dos Trabalhadores (PT). Desde que retomou sua vida política após a anistia ela era filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado pelo ex-governador Leonel de Moura Brizola. Sua filiação ao PT se deu apenas em 18 de março de 2001, pouco mais de um ano antes da agremiação pela liderança de Luiz Inácio Lula da Silva conquista a presidência. E as dificuldades de interlocução também existiam dentro do próprio partido.

E para tornar o ambiente político mais propício ao resultado final, seu segundo mandato se inaugurara com o aprofundamento das investigações sobre as denúncias examinadas pela Operação Lava Jato, as quais atingiam diretamente o governo.

Retomo aqui o já havia mencionado no impeachment do presidente Collor de Mello em 1992. Tais decisões, por dura que sejam e por mais que desagradem a setores políticos e de parcela da opinião pública que apoia os que são atingidos, se dão no marco da própria Constituição Federal (CF) se constituindo sim em um processo de responsabilização política e não penal. Não há, portanto, qualquer ruptura institucional. Mas a questão a ser colocada é: em que medida o recurso a tal expediente se inscreve no desenvolvimento político do Brasil? Creio que a resposta é positiva mais no caso da presidente Dilma no que de Collor tendo-se presente que em um país com história de tantos conflitos políticos gerando rupturas

⁵⁴ - Para que o SF tomasse tal decisão foi preciso, antes, que a denúncia formulada pelos juristas Hélio Pereira Bicudo (já falecido), Miguel Reale Junior e Janaína Conceição Paschoal tivesse sido recebida pela presidência da Câmara dos Deputados (CD) em 2 de dezembro de 2015 (DCR, n.01 de 2015), que a comissão da mesma CD aprovasse a admissibilidade da acusação em 11 de abril de 2016, e o plenário desta instituição aprovasse em sessão extraordinária deliberativa de 17 de abril de 2016 a decisão da comissão, a qual se deu pelo placar de 367 votos favoráveis, 137 contrários, sete (7) abstenções em um total de 511 votantes, registrando-se duas (2) ausências dentre os 513 membros da CD.

⁵⁵ - Jornal O Estado de São Paulo, 13 de maio de 2016, páginas 1 e 4.

⁵⁶ - Pouco menos de 24 anos completos haviam se passado desde o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello.

institucionais ou quase rupturas, os dois impeachments ocorridos sob a vigência da atual constituição não ameaçaram o funcionamento das instituições democráticas, mas sim mostraram sua capacidade de absorver e processar os conflitos. Porém, no caso de Collor, havia algo de muito prematuro pelo noviciado da nova quadra política vivida pelo Brasil. De qualquer forma, tanto em um quanto em outro, fica evidente que a fragilidade do sistema partidário é no mínimo um elemento subsidiário por gerar distorções na forma como o chefe do Poder Executivo precisa formar maioria para governar.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro para presidente da República

O que parecia improvável para grande parte de analistas e pesquisadores ocorreu. Em outubro de 2018, nas eleições presidenciais que escolheriam o sucessor do então presidente Michel Temer (PMDB), a maioria do eleitorado elegeu presidente no segundo turno o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro (PSL-RJ), ator político sem maior expressão e cuja atuação em 28 anos de legislativo federal se baseou na defesa de interesses corporativos de militares e policiais militares, seja no tocante a vencimentos, promoções, mas também em toda e qualquer ação destes últimos que pudessem ser vistas como violadoras dos direitos humanos. No primeiro turno da eleição o candidato obteve 49.275.358 votos contra 31.341.839 dados ao candidato do PT e ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, ou seja, uma grande diferença de votos de Bolsonaro sobre Haddad (17.933.519, ou 16,75 pontos dos votos válidos) que seria reduzida no segundo turno em termos absolutos (10.756.941), mas aumentaria nos pontos percentuais dos votos válidos (10,26 pontos). Explica-se o sentido oposto destes dois resultados: se por um lado, como seria de esperar, o segundo turno produziu elevada polarização entre seguidores do PT e seus opositores (antipestismo), deu-se aumento da abstenção eleitoral (como ocorre frequentemente no segundo turno das eleições brasileiras) alimentada por grande parte dos que votaram nos demais candidatos, mas também aumento dos votos nulos (raro de ocorrer no segundo turno) reduzindo, assim, os votos válidos.

Como mencionei em mais de uma oportunidade, não se trata no presente trabalho de discorrer sobre cada evento tratado, mas há que se sublinhar o alto grau de tensão política a que o País se via submetido desde as mobilizações públicas de junho de 2013, passando pela Operação Lava Jato a partir de março de 2014, o impeachment da presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016, e o atentado a Bolsonaro em 6 de setembro de 2018. Ou seja, Bolsonaro era o candidato que brandia em sua campanha bandeiras como a da moralização na vida pública, defesa da Operação Lava Jato, forte antipestismo e, ainda, defesa do regime militar de 1964 até mesmo em suas práticas mais inaceitáveis, como prática de tortura. Tudo isso acompanhado da defesa de um programa econômico liberalizante, ainda que não houvesse registro em toda sua vida parlamentar de qualquer defesa neste sentido. Tal conduta, junto ao atentado sofrido, permitiu provavelmente agrupar amplo espectro de eleitores. Em relação aqueles que possivelmente nele tenham votado dentre os não defenderiam o regime militar de 1964, havia a crença de que as instituições democráticas são suficientemente fortes para resistir a práticas atentatórias e, ainda, ele estaria assessorado por determinados militares comprometidos com o regime democrático aos quais ele daria crédito.

Porém, dois aspectos paradoxais podem ser observados na candidatura Jair Bolsonaro; de um lado a representação de algo muito antigo e nocivo no próprio sistema político brasileiro que acabou por conviver com usos indevidos dos recursos públicos das estruturas do Parlamento brasileiro em mais de um nível de governo, práticas corporativas nas quais aos membros da corporação se atribui mais importância do que a sociedade, e ligações com milícias⁵⁷ do Rio de Janeiro. Por outro lado, o candidato representava ameaça ao regime democrático sendo neste sentido um ator antissistema⁵⁸. Como se observou após sua posse no cargo de presidente da República, é muito grande o leque de atitudes claramente em confronto ao regime democrático. E se isso não fosse suficiente, há todo um conjunto de atitudes e de repertório de negação à ciência como se observa a partir da deflagração da pandemia do coronavírus (covid-19).

Novamente formulo a questão apresentada em tópicos anteriores: a candidatura e eleição de Jair Bolsonaro, por si própria, se trata de ruptura institucional? A eleição de Bolsonaro faz parte do desenvolvimento político do Brasil?

A resposta é complexa, valendo-se do que afirmei sobre os aspectos paradoxais da candidatura Bolsonaro. No regime democrático, a força do mesmo está em ser capaz de conviver com o amplo leque de forças políticas existentes em sua sociedade, mesmo com as que afrontam a própria democracia. Tal princípio tem por trás uma noção de que a prática da própria democracia teria algo de pedagógico, pois forças extremistas e contrárias ao regime tenderiam aos poucos a perceber a superioridade da própria democracia. É um grande desafio, certamente, especialmente quando tais forças antidemocráticas crescem no seio do eleitorado. Nesse sentido, uma força autenticamente de direita e se reconhecendo como tal chegar ao poder pelo voto popular era algo que ainda não havia ocorrido na história recente, e, portanto, trata-se sim de parte do desenvolvimento político. Porém, em se tratando de algo que está em processo, entendo que a resposta que acabo de dar tem de ser vista como provisória. Como o foi, também, o momento em que o Partido dos Trabalhadores elegeu Luiz Inácio Lula da Silva presidente nas eleições de 2002. Tratava-se, também, de algo novo; uma força autoproclamada de esquerda estaria agora recebendo a oportunidade de governar e contando com a aceitação dos adversários.

Em sentido contrário, expressando um possível risco de ruptura institucional e de retrocesso da eleição de Bolsonaro, observa-se a própria conduta do presidente da República, especialmente a que procura minar a hierarquia das Forças Armadas e das polícias militares, por toda uma conduta de aproximação que ele faz com as bases destas organizações, nestas incluídas a jovem oficialidade egressa das academias militares. A presença assídua às mais diversas cerimônias militares a envolver todos os níveis da hierarquia e as palavras proferidas não podem ser vistas como algo normal em um regime democrático. Muito ligado a este exemplo está o forte confronto com os órgãos de imprensa, os mais tradicionais, que são duros nas críticas e investigam as irregularidades de seu governo, como tem sido nos de quaisquer outros que o antecederam ou de níveis estaduais e municipais.

⁵⁷ - Como não se pode ignorar já em seu governo, precisamente desde o final de 2020, a própria aproximação a grupos parlamentares denominados sob a alcunha de *Centrão*, a qual assegurou a eleição para presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal de dois parlamentares que passam a dar sustentação ao seu governo. Mas eram estes próprios parlamentares que seriam o objeto maior da ira de Bolsonaro em seu discurso de campanha e de seus quase integrais dois primeiros anos de gestão, pois seriam a expressão da própria corrupção.

⁵⁸ - Acredito ser razoável classificá-lo desta maneira, mesmo tendo sido parlamentar por quase a metade de sua vida.

Leis Orçamentárias

Se de uma forma ou de outra desde que o Brasil se tornou independente houve legislação regular tratando das receitas e despesas, foi somente a partir da década de 60 e ainda em maior profundidade da Constituição Federal (CF) de 1988 que a peça orçamentária passou a efetivamente contar com atenção especial da carta magna, bem como das medidas da política econômica que foram se desenvolvendo. Muito antes disso, em 1964, poucos dias antes do então presidente João Goulart sofrer o golpe de estado que levaria ao Brasil viver sob o regime autoritário militar, sancionou-se a lei 4.320⁵⁹ que se constituía em avanço razoável para a confecção de todo o processo orçamentário nos três níveis de governo. A CF na *seção II Dos Orçamentos*, artigo 165, definiu que leis do Poder Executivo sobre a referida matéria serão divididas em I – Plano Plurianual, II – Diretrizes Orçamentárias; e III – Os Orçamentos Anuais⁶⁰.

Tal importância aumentou com a implantação do chamado *Plano Real* em 1994 durante o último ano do governo do presidente Itamar Franco e, depois, mediante a aprovação da Lei Complementar 101/2000⁶¹. O *Plano Real* teve início por meio da edição de Medida Provisória (MP)⁶² instrumento constitucional que permite que a decisão do Poder Executivo entre em vigor imediatamente, mas necessita ser convertida em lei pelo Poder Legislativo, fato este que gera alguma insegurança quando se lida com tema tão delicado devido as enormes implicações⁶³. Na hipótese de uma MP ser rejeitada no Parlamento seu objeto não poderá mais ser passível de legislação no mesmo exercício. Afinal, para que a própria lei orçamentária seja um instrumento maior do funcionamento do governo e de suas políticas públicas, a moeda do País precisa ser referência confiável para os agentes econômicos e para toda a sociedade. Isto significa que a inflação, parte intrínseca do funcionamento da economia, precisa ser baixa.

Outro aspecto relevante é que na história do Brasil prevaleceu uma concepção segundo a qual receita e despesa se davam como se entidades separadas, ou, abordando a questão de outra forma, o governante fazia o gasto que achasse conveniente ou necessário sem levar em conta o comportamento da arrecadação e partindo da premissa que em havendo maiores dificuldades emitir-se-ia moeda. Todavia, o *inciso VI do artigo 85 da CF* que trata “*Da Responsabilidade do Presidente da República*” insere esta matéria entre as que podem enquadrar o chefe de Estado em crime de responsabilidade.

Além disso, não basta que a moeda seja confiável para que a lei orçamentária faça sentido, é preciso que esta cumpra prazos para que ao longo do exercício financeiro (um ano

⁵⁹ - Mesmo com modificações e adaptações à CF de 1988, esta lei regula até hoje (58 anos depois) a produção dos orçamentos públicos. Mais importante ainda saber que a sanção da lei no CN levou mais de uma década, pois o projeto de lei havia sido apresentado ao Parlamento em maio de 1950 (CONTI & PINTO:2014).

⁶⁰ - Desde a promulgação da constituição em 5 de outubro de 1988 houve acréscimos e supressões a esta seção. A mesma, atualmente, contempla dos artigos 165 a 169 com extensa redação. A grande novidade nas modificações realizadas foi a promulgação da Emenda Constitucional n. 100 de 27 de junho de 2019 a qual torna “*obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas da bancadas parlamentares de Estado ou do Distrito Federal*”. Para maiores esclarecimentos acompanhe o Anexo 5.

⁶¹ - Lei Complementar n. 101 de 4 de maio de 2000, “*Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*”.

⁶² - O Plano Real teve início com a edição da Medida Provisória 434 de 27 de fevereiro de 1994 a qual foi posteriormente convertida na lei ordinária 8.880 de 27 de maio de 1994.

⁶³ - A Emenda Constitucional n. 32 de 2001, portanto aproximadamente 13 anos após a promulgação da CF, impôs limitações ao uso das MPs de forma a tentar reduzir o uso frequente e generalizado (para vários temas).

por inteiro) tanto o governo quanto Poder Legislativo, Tribunal de Contas, e a sociedade de forma geral possam compreender como se dá o processo arrecadatário e, particularmente, as despesas. Para tanto, segundo o inciso II do parágrafo 2º do artigo 35 das *Disposições Transitórias*, “o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio do encerramento do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento do primeiro período de sessão legislativa”. O inciso III a seguir, por sua vez, determina que “o projeto de lei orçamentária será encaminhado até quatro meses antes do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa”⁶⁴.

Em outras palavras, nos textos mencionados da Constituição Federal (CF) há uma dupla questão a se considerar: se o trecho que se refere a LDO exige que esta seja votada até meados do mesmo ano em que foi encaminhada ao legislativo⁶⁵, o relativo a LOA menciona que deve ser aprovado no ano anterior ao do exercício que a mesma estará em vigência. Portanto, no máximo pouco menos de um semestre deveria separar a primeira (LDO) da segunda (LOA). Porém, tal conduta só foi observada em dois de 33 anos, quando considerado o momento da sanção da lei, como mostrarei no quadro para isso. Assim sendo, a média de dias de atraso é de 52,09 dias⁶⁶ (veja tabela na página seguinte). Pouco adiantaria considerar a aprovação do orçamento pelo Congresso Nacional (CN), porque a matéria só passa a gerar consequências político-administrativas após a sanção da lei. Há sempre um lapso de tempo entre o momento em que o Parlamento aprova e o que o presidente assina a lei.

Fácil constatar a razão de o maior atraso ter se verificado no ano de 1994, quando o orçamento para o mesmo ano foi sancionado apenas ao final do mesmo, em 11 de novembro, quando seria de se esperar que o de 1995 estivesse para ser sancionado; ou seja, passaram-se 313 dias. A aprovação do *Plano Real* e as profundas mudanças que o mesmo acarretou levaram a tal realidade, bem como a eleição do novo presidente, Fernando Henrique Cardoso⁶⁷.

Apontar a questão do atraso na sanção da lei orçamentária não significa juízo definitivo sobre a tramitação do projeto de lei orçamentária anual, nem do de diretrizes orçamentárias, mas sim abordar a questão em seu conjunto. É possível admitir que tal realidade seja menos grave em um País como o Brasil com tantas atribuições históricas no campo das finanças públicas, quando se convivia com altos processos inflacionários até adentrado a década de 90, e tendo ciência de que os projetos orçamentários são impactados por várias questões de comportamento tanto da administração pública, do Congresso Nacional, bem como do comportamento da economia ao longo do ano. Ainda que se possa minimizar a gravidade, o atraso já não é mais desculpável neste início da terceira década do século XXI, com tantas lições já aprendidas.

⁶⁴ - Tais incisos do artigo 35 do Ato das Disposições Transitórias remetem ao artigo 165 da Constituição Federal o qual determina que o Parágrafo 9º seja regulamentado por Lei Complementar (a presente nota foi inserida após a primeira publicação do presente texto.), o que não ocorreu ainda. Portanto, é a Lei 4.320/64 que continua a determinar os prazos para apresentação e votação das leis orçamentárias e outras exigências.

⁶⁵ - De acordo com a ementa do artigo 57 da CF, “O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro”. E ainda determina em seu parágrafo 2º que a sessão legislativa “não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias”.

⁶⁶ - O orçamento anual para 2022, embora aprovado pelo Congresso Nacional dentro do prazo, não havia ainda sido sancionado pelo presidente na primeira semana do ano, possivelmente pelas várias alterações na matéria original as quais foram feitas pelos parlamentares e colocando em risco o quadro fiscal.

⁶⁷ - O CN aprovou o orçamento de 1994 em 19 de outubro do corrente ano levando, assim, 23 dias até que o presidente Itamar Franco o sancionasse.

TABELA				
<i>Data de sanção das leis orçamentárias anuais do Governo Federal e o número de dias de atraso em relação a data de 31 de dezembro do ano anterior</i>				
ANO DO EXERCÍCIO DO ORÇAMENTO	ANO DA SANÇÃO	DIA DA SANÇÃO	MÊS DA SANÇÃO	DIAS DE ATRASO (contando a partir de 31 de dezembro do ano anterior)
1989	1989	3	1	3
1990	1990	31	1	31
1991	1991	31	1	31
1992	1992	28	2	60
1993	1993	28	4	94
1994	1994	9	11	313
1995	1995	19	1	19
1996	1996	9	5	130
1997	1997	26	2	57
1998	1997	30	12	(1)
1999	1999	23	2	54
2000	2000	11	5	132
2001	2001	5	1	5
2002	2002	10	1	10
2003	2003	14	1	14
2004	2004	16	1	16
2005	2005	25	1	25
2006	2006	16	5	125
2007	2007	7	2	38
2008	2008	24	3	84
2009	2008	30	12	(1)
2010	2010	26	1	26
2011	2011	9	2	40
2012	2012	19	1	19
2013	2013	4	4	94
2014	2014	20	1	20
2015	2015	20	4	110
2016	2016	14	1	14
2017	2017	10	1	10
2018	2018	2	1	2
2019	2019	15	1	15
2020	2020	17	1	17
2021	2021	23	4	113

**O orçamento para o ano de 1989 foi o primeiro da atual Constituição Federal*

Grosso modo, no Brasil contemporâneo, é possível afirmar que a discricionariedade do presidente neste assunto reduziu-se em tudo aquilo que possa gerar malefícios para a economia do País, mas ainda preocupa como se pode observar na conduta do atual presidente Bolsonaro em procurar atender grupos de interesse, como os policiais, nas reivindicações por reajustes em seus vencimentos sem levar em conta a questão fiscal⁶⁸. Portanto, inserir a questão orçamentária no presente trabalho é olhar a questão institucional e do regime democrático por outro olhar.

⁶⁸ - Quando da revisão deste artigo em janeiro de 2022, o orçamento para o referido ano já havia sido aprovado, em condições muito controversas, e o presidente havia autorizado aumento para os policiais federais em geral, mas não para as demais categorias. Fosse para uns apenas como para todos, já seria um problema para o tesouro. Fosse para todos, considerando as reações das demais categorias do funcionalismo, passaria a ser também um problema político.

Partidos Políticos no Brasil

Para quem se interesse um pouco pela história política do Brasil e mesmo algum leitor dos cadernos políticos da imprensa será suficiente para se constatar o elevado número de partidos políticos no Brasil, tanto em termos contemporâneos, como de seu passado, combinado a pouca representatividade destes e larga desconfiança da sociedade em geral, aí incluída até mesmo parte de jornalistas e analistas, que enxergam, não sem boa dose de razão, que tais agremiações tanto apresentam profunda incongruência entre o que pregam e o que fazem, estando envolvidos muitos de seus integrantes em atividades escusas em sua maioria. Feita tal afirmação, cabe verificar primeiramente o que se deveria esperar destas organizações em um regime democrático e, portanto, para o desenvolvimento político? A resposta é a seguinte: basicamente serem capazes de canalizar visões de mundo e interesses que estejam presentes na sociedade e desejem se expressar, bem como se orientar ao poder, seja em termos parciais ou integralmente. Para tanto, seria de esperar maior coerência possível entre o programa que os partidos defendem e como estes atuam, a despeito de muitas variáveis tornarem praticamente impossível um ajuste integral, uma vez que muitas não são previsíveis e/ou são fatores exógenos aos partidos.

Primeiro argumento a questionar a contribuição dos partidos para o desenvolvimento político do Brasil está no fato de que a existência da quase totalidade dos mesmos esteve e está ligada aos períodos vividos pelo País, sem que muitos de seus integrantes e muitas vezes de seus próprios fundadores tenham deixado de atuar politicamente quando tais organizações desapareceram; e nem mesmo deixaram de ser muitas vezes decisivos no processo decisório legislativo e governamental. Em sentido contrário, poder-se-ia questionar a importância da duração dos partidos aos períodos a que estiveram ativos recorrendo ao argumento de que já teriam cumprido sua plataforma e missão. Porém, este argumento não leva em conta que a experiência das mais diversas organizações (políticas ou não) sugere que estas apresentam a tendência de buscar novos objetivos quando os que levaram a sua criação já foram superados.

O questionamento que levanto se liga a outro já bem formulado pela ciência política segundo o qual os partidos no Brasil são altamente dependentes do estado tanto em sua esfera legislativa, particularmente legislativo-eleitoral, quanto, especialmente, da sua estrutura organizacional, isto é, cargos para serem ocupados por seus membros. E seria ainda levado a tocar em uma terceira questão, a saber: estas organizações estariam mais a serviço de uma classe política que os mobiliza de acordo com suas necessidades de permanência no poder do que em prepará-los para melhor representar os interesses de suas bases eleitorais quanto as propostas que defende.

Os partidos *Liberal* e *Conservador* que existiram durante quase toda a monarquia e monopolizaram a rarefeita vida partidária sucumbiram ao seu final dando lugar aos partidos republicanos, especialmente o Paulista (PRP) e mineiro (PRM), os quais também desaparecerão no decorrer da década de 1930 com o curso da revolução daquele mesmo ano. Alguns surgirão no breve interregno entre 1931 e 1937, um dos quais com base popular⁶⁹, mas sucumbirão com o golpe do Estado Novo em novembro de 1937 uma vez que a ditadura de

⁶⁹ - Aliança Integralista Brasileira (AIB), de direita, fundada por Plínio Salgado. O antípoda a AIB foi o Partido Comunista do Brasil (PCB), embora este tivesse sido criado em 1922 e já era proibido de atuar na legalidade pouco tempo depois de sua fundação.

Getúlio Vargas extinguiu a todos. É certo que há diferença entre desaparecer por ato de força maior e desaparecimento pela perda de representatividade política. O regime militar de 1964, tendo tido certa tolerância inicial frente aos partidos originários da Constituição de 1946, pôs fim aos mesmos depois de derrotas em eleições municipais e estaduais, mediante a edição de Ato Institucional 2 de 27 de outubro de 1965⁷⁰. O sistema bipartidário daí decorrente foi induzido pelas dificuldades impostas pela legislação autoritária e não um veto a existência de mais de dois partidos.

Mas a despeito de todas as críticas que possam ser feitas partidos políticos e ao próprio funcionamento do sistema partidário, há que se admitir que várias destas organizações deram certa contribuição para o desenvolvimento político e institucional do País, bem como de pautas sociais e econômicas importantes que foram adotadas. Os principais partidos republicanos da Primeira República, por oligárquicos que fossem, contribuíram com aspectos relevantes para a Constituição de 1890-91, e para leis civis que vieram a ser sancionadas e que apontavam para a legitimidade do regime republicano e democrático. Na Quarta República (1946-1967), tanto os partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Social Democrático (PSD), pela situação, como a União Democrática Brasileira (UDN) pela oposição propiciaram debates altamente relevantes para o Estado e para a Sociedade, ainda que operando sob forte antagonismo, mas também contribuindo para a votação de legislação importante no período, bem como acompanhando mudanças sociais que se introduziam. Do final da Quarta República e na Quinta República (1967-1988), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que agrupou praticamente toda a oposição política do Brasil, foi um esteio fundamental para a redemocratização do país seja por sua atuação de resistência ao regime autoritário, bem como pelas bandeiras que levantou as quais se materializaram especialmente na Constituição de 1988. Por outro ângulo, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) teve algo de inédito em nossa história por ter sido capaz de aglutinar importantes movimentos sociais e novos setores do sindicalismo com intelectuais e membros das classes médias, que permitiram por com força na agenda do país demandas sociais. E o surgimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), clara dissidência do PMDB, levando adiante com mais clareza pautas que haviam sido enfraquecidas na antiga organização, como a modernização do estado via estabilidade da moeda e econômica.

A despeito do reconhecimento da contribuição que as forças mencionadas deram para o desenvolvimento político institucional, suas contradições, atitudes, e decisões equivocadas também se tornaram obstáculos para avanços maiores e em certos momentos até puseram em risco o que já havia se obtido. Um dos exemplos é a facilidade com que a legislação conferiu a criação de partidos políticos dando-lhes acesso a recursos públicos sem que os mesmos expressem ideias e mesmo tenham representatividade eleitoral. Algumas medidas paliativas para minorar foram tomadas mais recentemente, como a reintrodução da cláusula de barreira, mas ainda são modestas. Outro exemplo se dá na facilidade com que membros dos partidos podem mudar de organização sem perda de mandato, embora também tenha havido um pouco mais de exigência em relação à situação pregressa.

⁷⁰ - O artigo 18 do referido Ato dizia simplesmente: *“Ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros.”*

Respondendo às questões formuladas

Antes de responder às duas perguntas gerais formuladas no início desse trabalho, é conveniente recuperá-las. São as seguintes:

1-As instituições e os processos políticos observados na atualidade (escrevo em janeiro de 2021) se constituem em desdobramentos claros do passado?

2-Houve desenvolvimento político no Brasil se por isso queremos dizer um padrão superior de qualidade em relação ao que existiu anteriormente?

Dois fatores contribuem para afirmar positivamente à primeira questão, embora não de forma cabal; ou seja, as instituições e processos políticos da atualidade são desdobramentos do passado, embora com variações importantes. O primeiro fator a contribuir para esta afirmação é que muitos dos atores políticos de diferentes momentos da história do Brasil foram os mesmos, ou seja, viveram sob determinado arranjo político-institucional e foram os próprios a modificá-los continuando a influenciar o curso dos acontecimentos por longo tempo. Nesse sentido, há uma dimensão comportamental a influenciar o sistema político com alguma autonomia em relação ao arranjo político-institucional. Para melhor explicar, dou os exemplos de personagens centrais do final do Império que proclamaram a República, ou mesmo se mantiveram monarquistas, porém continuaram a ser relevantes nos processos decisórios e também os integrantes do movimento tenentista. O segundo fator a contribuir para uma resposta positiva, conquanto demonstrações não tenham sido feitas ao longo deste trabalho, é o das mentalidades, ou mesmo ideias políticas, de grande parte destes personagens. Embora muitos deles tenham esposado diferentes concepções de país, ou de princípios políticos gerais, e alguns até possam as ter modificado no decorrer do tempo, parece claro a dificuldade da maioria destes de esposarem uma plataforma democrática que não carregasse um vezo autoritário, por contraditório que isto soe. É como se significativa parte dos mesmos se sentissem à vontade para pleitear uma democracia “verdadeira”, que pusesse fim a privilégios e grupos dominantes, porém não sendo capaz de admitir contestações e vetos ao que fizessem, uma vez que invariavelmente os mesmos eram tachados de manifestações de uma “velha ordem” os quais fariam parte de uma minoria privilegiada, mas não dando a oportunidade de verificar o tamanho efetivo por meio de eleições uma vez que estas ainda estariam “viciadas”.

Mas o que parece claro é constatar a dificuldade dos que se valem de tais argumentos para entender que o regime democrático não se caracteriza apenas por ser a expressão da vontade da maioria; vai muito além disso, como, por exemplo, ser capaz de assegurar direitos para as minorias, seja porque estas poderão se tornar algum dia maiorias, ou pelo simples direito de expressão e organização uma vez que maioria alguma será total, unânime, e para sempre. Como também zelar para que os conflitos inerentes à sociedade e ao próprio campo político sejam processados em paz e encontrem encaminhamentos minimamente consensuais. Mesmo no tocante à vontade da maioria esta por não raras vezes foi desrespeitada pelas próprias forças políticas que se insurgiram contra o que seria a fraude da vontade da maioria.

Quanto à segunda questão também é possível respondê-la afirmativamente e, tal como na primeira, desde que não seja de forma definitiva. Sim, a política do Brasil de hoje é

claramente mais desenvolvida do que no passado, o que não a livra de conviver com forças do retrocesso abertamente antidemocráticas, conquanto, como praticamente todas as forças autoritárias conhecidas sempre dizendo defender a “democracia verdadeira”, “correta”, ou coisa assim. Ou, colocando de outra forma: as instituições políticas atuais são efetivamente a resultante de um desenvolvimento político, bem como de várias forças políticas distribuídas em diferentes partidos e mesmo fora destes. Mais: a política atual é também superior por decorrer de ideias defendidas no passado as quais contribuíram para colocar um ponto final em condições injustas, tendo como exemplo mais forte no império, o abolicionismo. E, por outro lado, é mais desenvolvida porque mostrou para grande parte dos atores e organizações políticas que muitas ideias estavam condenadas ao fracasso e repúdio, tais como as experiências nas extremidades dos espectros ideológicos.

Ademais, as próprias ideias que contribuíram para o desenvolvimento político se apresentaram e se apresentam muitas vezes desalinhas e mesmo antagônicas às outras, as quais também poderiam ser vistas como importantes para o desenvolvimento político. Exemplo: muitos autênticos abolicionistas eram e continuaram sendo monarquistas mesmo após a proclamação da República e um ou outro que não era propriamente monarquista assumiu nova posição pouco tempo depois ou a relativizou, passando a servir muito bem à república. Alguns desses personagens merecem atenção sobre o que escrevi: André Rebouças, Francisco de Paula Rodrigues Alves⁷¹, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio; José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) e Rui Barbosa de Oliveira⁷². E se tomamos os membros do movimento tenentista, dentre aqueles que viveram até idade mais avançada, constataremos os rumos tomados por eles algumas vezes no futuro do mesmo lado e outras em oposição uns aos outros. Vale mencionar alguns exemplos: o líder de maior fama, Luís Carlos Prestes converteu-se ao comunismo às vésperas da Revolução de 1930. Prestes encarou sucessivos reveses, vivendo largo período de sua vida preso ou exilado, porém sem abandonar sua causa e tornou-se tanto objeto a justificar as políticas anticomunistas protagonizadas por muitos de seus ex-companheiros quanto um símbolo de fidelidade a uma bandeira. Dois dos mais jovens integrantes dos tenentes, no final da academia militar, Arthur da Costa e Silva, e Ernesto Geisel, se tornaram presidentes da República no regime militar instaurado em 1964 que se fez em nome do combate ao comunismo e ambos pertenceram a correntes opostas neste período; o primeiro integrando inicialmente a ala dura enquanto o segundo a representar o grupo castelista, ou sorbonista, como eram chamados os que estariam mais próximos de uma concepção política liberal (ou menos autoritária). Outro do grupo jovem, Juracy Magalhães⁷³ se tornou um híbrido de militar e político ligado à Arena no regime militar e veio a ser importante liderança na política da Bahia deixando herdeiros na política civil. Faço tal afirmação, mas sublinho que dentre os mais velhos e da geração de Luís Carlos Prestes e também mais jovens, houve muitos que se alinharam a diferentes posições políticas, especialmente no chamado

⁷¹ - É muito interessante e um pouco irônico considerar que importante ator político como o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) foi conselheiro do império agraciado com o título pela então princesa regente Isabel e também um longo membro do Partido Conservador pelo qual eleito duas vezes governador (presidente), passando para o Partido Republicano Paulista (PRP) somente depois da queda da Monarquia sendo que o PRP foi fundado em 1873 e já serviu como ministro da Fazenda a dois presidentes do período, a saber: Floriano Peixoto (1891-1894) e Prudente de Moraes (1894-1898).

⁷² - Sobre a trajetória política de Rui Barbosa é muito importante a leitura do artigo de CINTRA (2016).

⁷³ - Juracy não tem parentesco com Antonio Carlos Magalhães, ex-governador e ex-senador da República pela Bahia, pois o primeiro era original do Pará e de uma família daquele estado e o segundo da própria Bahia.

Estado Novo e logo no início da República de 1946, mas praticamente todos convergiram na direção do movimento de 1964 e o defenderam.

Porém, o grande nó para que o desenvolvimento político possa ser entendido como se constituindo no enraizamento definitivo do regime democrático é a não rara distorção de seu entendimento por parte de muitos agentes públicos, políticos e mesmo de parte significativa da sociedade, especialmente daqueles que se encontram nos extremos do espectro político à direita e à esquerda. Mas antes de aprofundar esta explanação, entendo conveniente destacar alguns pressupostos anteriores que se ligam ao desenvolvimento político, e, conseqüentemente ao regime democrático, os quais, felizmente, estão quase todos consagrados na Constituição Federal (CF), a saber: liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade de organização, igualdade, separação e harmonia entre os poderes. E não menos importante, ser capaz de evitar as rupturas institucionais, as quais, quase invariavelmente se constituem em interrupções ao regime democrático.

Desse modo, o regime democrático tem demonstrado boa capacidade de sobrevivência no momento atual no qual o presidente Jair Messias Bolsonaro se mostra um claro adepto da forma autoritária do poder a qual se verifica em seus sucessivos afrontamentos à CF, sobrevivência esta que se verifica tanto pelas decisões tomadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto do Congresso Nacional (CN), mesmo que estes dois poderes também tenham tomado decisões que possam ser vistas como contrárias ao efetivo desenvolvimento político institucional, e, ainda que em níveis menores de gravidade. Mas parte da sociedade organizada também vem demonstrando força, apesar de estar vivendo a adversidade da pandemia da covid-19, quando esta se apresenta em diversos espaços públicos a fim de apoiar a democracia.

Bem, mas a despeito destas considerações positivas retomo o que escrevi nos parágrafos anteriores. A democracia enquanto expressão maior do desenvolvimento político precisa muito de uma cultura política democrática bem disseminada no tecido social de forma a comungar vários de seus princípios e mecanismos basilares como um bem que vale para todos. Concepção esta que supere a lógica amigo-inimigo, a lógica da luta e da guerra tão comum às extremidades do espectro político, embora setores intermediários não estejam totalmente imunes a tais visões. Pior, os extremos tendem a assimilar teorias da conspiração com muita facilidade e estas tendem estar intrinsecamente ligadas às notícias tendenciosas, ou mesmo falsas (“*fake news*”). E, assim, sendo, ainda há um razoável déficit de cultura democrática no Brasil.

Por paradoxal que sejam os resultados da *Operação Lava Jato*, os mesmos se apresentam como elemento consistente a demonstrar a profundidade e abrangência da corrupção no País, independente de falhas éticas e processuais que a esta possam ser atribuídas mais recentemente. E mostram, ainda, que os partidos políticos não conseguem fazer uma consistente autocrítica (que seja de natureza ética e não simplesmente operacional), especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), mas os que neste orbitaram e mesmo alguns setores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apresentando-se como vítimas de perseguições e de incompreensões. O desenvolvimento político-institucional do Brasil terá dificuldade de avançar, ou mesmo se manter, se esse assunto continuar a ser

encarado como algo menor, ou de disputa entre forças políticas. Trata-se de algo central ao próprio sucesso da democracia.

* * *

Referências bibliográficas e fontes de pesquisa

ANASTASIA, Antonio Augusto Junho. Parecer do senador no âmbito da Comissão Especial de Impeachment do Senado Federal por “*Denúncia por crime de responsabilidade, em desfavor da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por suposta abertura de créditos suplementares por decretos presidenciais sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, artigo 85, VI e artigo 167, V; e Lei 1.079, de 1950, art 10, item 4 e art. 11 item 2); de contratação ilegal de operações de crédito (Lei 1.079, de 1950, artigo 11, item 3)*”. Disponível in: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/05/04/veja-aqui-a-integra-do-parecer-do-senador-antonio-anastasia>

ATO COMPLEMENTAR NÚMERO 4, de 20 de novembro de 1965.

ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 2 de 27 de outubro de 1965.

ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 5 de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-norma-pe.html>

BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e Revolução Brasileira. Editora Brasiliense. São Paulo. 1992;

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Estação Brasil. Rio de Janeiro. 2017;

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Cronologia histórica e legislativa. <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/cronoindice.html>

CARDOSO, Fernando Henrique. Decisão e Franqueza. Jornal O Estado de São Paulo, página A-2, edição de 7 de agosto de 2005. Disponível in: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050807-40836-nac-2-opi-a2-not>

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945). Editora Brasiliense. São Paulo, 1988.

CINTRA, Wendel Antunes. Liberalismo, Justiça e Democracia: *Rui Barbosa e a crítica à Primeira República Brasileira (1910-1921)*. Lua Nova, São Paulo, 2016. Disponível in: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n99/1807-0175-ln-99-00201.pdf>

CONTI, José Maurício e PINTO, Élide Graziani. *Lei dos Orçamentos Públicos completa 50 anos de vigência*. Publicado em 17 de março de 2014 às 07hs13ms. Disponível in: <https://www.conjur.com.br/2014-mar-17/lei-orcamentos-publicos-completa-50-anos-vigencia>

CPDOC-FGV. Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Diversos verbetes temáticos e biográficos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc>;

DATAFOLHA. Perfil Ideológico dos Brasileiros. *Levantamento de opinião pública realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 2013*. Projeto PO13713. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/12/09/perfil-ideologico-dos-brasileiros.pdf>

DECRETO N. 19.398 de 11 de novembro de 1930. *Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e dá outras providências* (sic). Collecao de leis. 1930. Parte III. Disponível in: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/colecao4.html> ;

EXÉRCITO BRASILEIRO. Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana. Localizável em: <http://www.mhexfc.eb.mil.br/pt-br/historico.html>

FERNANDES, Maria Cristina Lombardi. *Os Republicanos e a Abolição*. Revista de Sociologia e Política n. 27. Curitiba (PR), Novembro de 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200013>

FOLHA DA MANHÃ (Acervo Folha). Mês de novembro de 1955. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/>

KRAMER, Dora. *Caso sério*. In O Estado de São Paulo, edição de 25 de março de 2014, página 6. Disponível in: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20140325-43988-nac-6-pol-a6-not>

LEGISLAÇÃO DO BRASIL. COLEÇÃO DE LEIS. Disponível in: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html

LEI 1.079 de 10 de abril de 1950. *Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento*. Disponível in: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1079-10-abril-1950-363423-norma-pl.html>

LEI 4.320 de 17 de março de 1964. *Estatui normas gerais do direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios*. Disponível in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm

LEI 6.767 de 20 de dezembro de 1979. *Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências*. Disponível in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm ;

LEI 8.880 de 27 de maio de 1994. *Dispõe sobre o Plano de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV, e dá outras providências*. Disponível in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8880.htm

LEI COMPLEMENTAR N. 64 de 18 de maio de 1990. *Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências*. Disponível in: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp64.htm ;

LOTT, Henrique D Teixeira. Entrevista concedida para o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), em 1978. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista117.pdf>

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Cronologia*. Disponível in: <https://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>

_____. *Acervo Estádio*. Disponível in: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20050607-40775-nac-4-pol-a4-not>

MALUF, Rui Tavares. *As Constituições brasileiras e o impacto no sistema político do País*. Disponível in: http://www.processoedecisao.com.br/Artigos/ART-ACAD-Constituicoes_2020.pdf ;

MALUF, Rui Tavares. *Eleições presidenciais e congressuais no Brasil ao longo da República*. Primeira versão, julho de 2020. Disponível in: <http://www.processoedecisao.com.br/Artigos/ART-ACAD-BR-Elprescong.pdf> ;

MALUF, Rui Tavares. *Imprensa, Opinião Pública, Pesquisas de Opinião e Observação*. Disponível in: http://www.processoedecisao.com.br/Artigos/ART-ACAD-Imprensa_e_OP_2020.pdf

MEDIDA PROVISÓRIA NÚMERO 434 de 27 de fevereiro de 1994. *Dispõe sobre o Plano de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV, e dá outras providências*. Disponível in: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1994/mediprovisoria-434-27-fevereiro-1994-373885-publicacaooriginal-1-pe.html>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). *Operação Lava Jato. Entenda o caso*. <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>

OLIVEIRA, Rui Barbosa de. *Oração aos Moços*. Edição popular anotada por Adriano de Gama Cury. 5ª Edição. Edições Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1999. Disponível in: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_Oracao_aos_mocos.pdf

SENADO FEDERAL (SF). Arquivos do Senado Federal. *O golpe que salvou a democracia em 1955*. Disponível em: <https://youtu.be/XQ0ITQuL7uQ?t=10>

TENENTISMO. Verbete do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tenentismo>

VARGAS, Getúlio. *Diário*. Volume II. 1937-1492. *Apresentação de Celina do Amaral Peixoto*. CPDOC. Siciliano. Rio de Janeiro. 1ª edição. 1995.

***RUI TAVARES MALUF** – Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Ex-coordenador da Pós-Graduação em Opinião Pública e Inteligência de Mercado (OPIM) da mesma instituição (2010-2019). Doutor em Ciência Política (USP), mestre em Ciência Política (UNICAMP). Autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais* (2010), e *Prefeitos na Mira* (2001), ambos pela editora Biruta. Fundador e editor do site *Processo & Decisão* (<http://www.processoedecisao.com.br>) desde 2000.

Anexos

Anexo 1

Trechos do Diário de Getúlio Vargas

ANO 1937. MÊS NOVEMBRO

Dia 5

“O acontecimento sensacional do dia foi a nota do *Correio da Manhã* revelando a missão do deputado Negrão de Lima ao Norte e fazendo comentários e intrigas com as Forças Armadas. Como a censura deixara publicar? Quem [fora] o responsável pela nota e pela publicação. Tomavam-se providências a respeito sem resultado!

“...resolvi aceitar a demissão do ministro da Justiça, informando-lhes que o substituto seria o dr Francisco Campos. À noite [recebi] a este, ficando assentada sua nomeação, e conversamos sobre a reforma constitucional”.

(...)

Dia 7

“Não é mais possível recuar. Estamos em franca articulação para um golpe de Estado, outorgando uma Constituição e dissolvendo o Legislativo.

“Recebi o deputado João Neves, os ministros do Trabalho, Fazenda, Exterior e Guerra, o senador Macedo Soares, e, por fim, o dr Francisco de Campos, que trouxe já prontos o projeto da nova Constituição e a proclamação a ser lida, redigida por ele, de acordo com o esboço que fiz e as notas que lhe forneci. Provavelmente será na próxima quinta-feira.”

(...)

Dias 9 e 10

“No primeiro dia, pela manhã, o novo ministro da Justiça mostrava aos seus outros colegas civis o projeto de Constituição, que já fora examinado pelos militares (...)

“Ao regressar já à noite tive conhecimento de que a carta do candidato Armando Salles, lida na Câmara pelo deputado João Carlos Machado, fora profusamente espalhada entre os militares. Pedi ao Macedo que fosse ao ministro da Guerra, e este a palácio, para confirmar-me que não só a data do movimento marcado para quinta-feira, 11, já estava conhecida, como se estava fazendo um trabalho de intriga e divisão dos militares. Em vista disso era preciso precipitar o movimento, aproveitando a surpresa. E assim se fez. Mandeí chamar em seguida o chefe da Polícia e o ministro da Justiça. Com este e o ministro da Guerra combinamos todas as medidas.”

“Na dia seguinte, 11, as duas casas do Congresso amanheceram guardadas pela polícia. Às 10 da manhã reuniu-se no Guanabara o Ministério, e assinamos a Constituição. Só não compareceu o ministro da Agricultura, que pediu demissão. À tarde, compareci ao Catete, despachando com os ministros da Fazenda e Trabalho, recebi várias outras pessoas e retornei ao Guanabara, trabalhando até as 8 horas da noite, quando pronunciei pelo rádio o *Manifesto à Nação*.”

(...)

Dia 16

(...)

“O Osvaldo pediu a demissão de embaixador. Não concorda com a nova Constituição (...). À noite no Guanabara recebi alguns deputados rio-grandenses em despedida, mais o ministro da Fazenda e o Lulu Aranha, que estiveram me dando conta das démarches feitas junto ao Osvaldo para desistir de seu pedido de exoneração”.

Anexo 2

LIDERANÇAS DO TENENTISMO											
<i>Inventário não exaustivo de lideranças tenentistas com largo registro documental, considerando dia, mês e ano de nascimento e falecimento, local de nascimento e falecimento (Município e UF), bem como a idade ao falecer</i>											
NOME	DIA	MES	ANO	MUN	UF	DIA	MÊS	ANO	MUN	UF	IDADE
Agildo da Gama Barata Ribeiro***	1	7	1905	Rio de Janeiro	RJ	14	8	1968	Rio de Janeiro	RJ	63
Alcides Gonçalves Etchegoyen	31	3	1901	Porto Alegre	RS	17	6	1956	Rio de Janeiro	RJ	55
Antonio Siqueira Campos	18	5	1898	Rio Claro	SP	10	5	1930	Montevidéu	Uruguai	31
Ari Parreiras	17	10	1890	Niterói	RJ	9	7	1945	Niterói	RJ	54
Arthur da Costa e Silva	3	10	1899	Taquari	RS	17	12	1969	Rio de Janeiro	RJ	70
Augusto Maynard Gomes	16	2	1886	Rosário do Catete	SE	12	8	1957	Rio de Janeiro	RJ	71
Ciro do Espírito Santo Cardoso	24	8	1898	Lapa	PR	31	8	1979	São João del Rey	MG	81
Cleto da Costa Campelo Filho	29	12	1898	Gravatá	PE	17	2	1926	Gravatá	PE	27
Djalma Soares Dutra	20	10	1895	x	x	16	10	1930	Três Corações	MG	34
Eduardo Gomes	20	9	1896	Petrópolis	RJ	13	6	1981	Rio de Janeiro	RJ	84
Ernesto Geisel	3	8	1907	Bento Gonçalves	RS	12	9	1996	Rio de Janeiro	RJ	89
Henrique Ricardo Holl	2	2	1898	São Paulo	SP	26	6	1961	x	Alemanha	63
Herculino Cascardo	2	1	1900	Rio de Janeiro	RJ	26	2	1967	Rio de Janeiro	RJ	67
Isidoro Dias Lopes	30	6	1865	Dom Pedrito	RS	27	5	1949	Rio de Janeiro	RJ	84
João Alberto Lins de Barros	16	6	1897	Recife	PE	26	1	1955	Rio de Janeiro	RJ	57
João Cabanas	23	6	1895	São Paulo	SP	27	1	1974	São Paulo	SP	78
João de Mendonça Lima	12	4	1886	Pelotas	RS	12	4	1965	Petrópolis	RJ	79
Joaquim Távora	15	7	1881	Jaguaribe	CE	19	7	1924	São Paulo	SP	43
Juarez do Nascimento Fernandes Távora	14	1	1898	Jaguaribe	CE	18	7	1975	Rio de Janeiro	RJ	77
Juracy Montenegro Magalhães	4	8	1905	Fortaleza	CE	15	5	2001	Salvador	BA	95
Jurandir de Bizarria Mamede*	27	9	1906	Salvador	BA	12	12	1998	Rio de Janeiro	RJ	92
Landri Sales Gonçalves	19	7	1904	Acaraú	CE	30	4	1978	Rio de Janeiro	RJ	73
Luis Carlos Prestes	3	1	1898	Porto Alegre	RS	7	3	1990	Rio de Janeiro	RJ	92
Manuel Rabelo	11	1	1878	Barra Mansa	RJ	18	11	1945	Rio de Janeiro	RJ	67
Mario	x	x	x	x	X	6	7	1922	Rio de	RJ	x

Carpenter									Janeiro		
Mario Fagundes Portela	15	7	1898	Pelotas	RS	24	1	1925	Pinheirinho do Vale	RS	26
Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues	3	12	1885	Buenos Aires	ARG	2	9	1959	São Paulo	SP	73
Nelson de Melo	20	8	1899	Santana do Livramento	RS	3	1	1989	Rio de Janeiro	RJ	89
Newton Estilac Leal	6	8	1893	Rio de Janeiro	RJ	1	5	1955	Rio de Janeiro	RJ	61
Newton Sizenando Prado **	16	6	1897	Leme	SP	12	7	1922	Rio de Janeiro	RJ	25
Oswaldo Cordeiro de Farias*	16	8	1901	Jaguarão	RS	17	2	1981	Rio de Janeiro	RJ	79
Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça	13	12	1894	Rio de Janeiro	RJ	12	4	1946	Rio de Janeiro	RJ	51

*Participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combateu na II Guerra Mundial; **Morto em decorrência dos ferimentos no episódio que deu início ao Tenentismo, a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana; *** Embora um simpatizante do tenentismo, Agildo só ingressou na Escola Militar do Realengo em 1925. Porém, estudou no Colégio Militar o que já o aproximara dos militares

Anexo 3

DESFECHOS INSTITUCIONAIS ENVOLVENDO OS CHEFES DE ESTADO NAS RUPTURAS

PERÍODO	GOVERNANTE	ANO	DESFECHO
1º IMPÉRIO	Pedro I	1823	Dissolução à força da Assembleia Constituinte
1º IMPÉRIO	Pedro I	1831	Abdicação e retorno a Europa
2º IMPÉRIO	Pedro II	1889	Deposição e banimento definitivo do Brasil
1ª REPÚBLICA	Washington Luis	1930	Deposição e exílio nos EUA
REVOLUÇÃO DE 1930	Getúlio Vargas	1937	Auto-golpe de estado e implantação de ditadura
ESTADO NOVO	Getúlio Vargas	1945	Deposição sem perda de direitos políticos
REPÚBLICA DE 1946	Café Filho	1955	Deposição sem perda de direitos políticos
REPÚBLICA DE 1946	João Goulart	1964	Deposição com perda de direitos políticos e exílio
REGIME MILITAR DE 1964	Costa e Silva	1969	Afastado pelos ministros militares por doença

Anexo 4

ENTREVISTA DADA PELO MARECHAL TEIXEIRA LOTT AO CPDOC-FGV (1978)

Para melhor entender a questão das promoções de oficiais durante a Revolução de 1930, considere-se trecho da entrevista de Henrique Teixeira Lott (H.L.) no ano de 1978

“(...) Getúlio não deu categoria de oficial, a não ser a alguns que tiveram carreira muito rápida, como por exemplo ao Cordeiro de Farias, que tinha tomado parte da Coluna Prestes e era um cidadão que tinha mostrado ser valente e competente. Houve um ou outro tenente nesta situação, mas de modo geral eles não se destacaram. Os da cúpula é que foram mais beneficiados. Houve prejuízo em relação aos que não tomaram parte na Revolução de 30, mas nem todos que participaram da Revolução de 30 tiveram a sua carreira tão acelerada assim”.

O entrevistador do CPDOC-FGV (iniciais P.F) faz a seguinte pergunta:

“P.F. Quer dizer que então a sua decisão de interferência na política foi tomada realmente quase no dia 11?”

E Lott responde:

“H.L. - Anteriormente eu tinha tomado as medidas visando à realização de uma eleição em que o povo tivesse pleno direito de votar. Votei no Juarez Távora. Conhecia Juarez Távora. Ele era meu companheiro, embora bem mais moderno, e não me passava despercebida sua vida de sacrifícios. Juscelino Kubitschek eu não conhecia, apesar de eu ser mineiro, como ele. Os meus parentes lá de Minas não gostavam dele porque eram da UDN.”

Anexo 5

Leis Orçamentárias

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser aprovada anualmente antes da Lei Orçamentária Anual (LOA), pois como seu próprio nome afirma no parágrafo 2º do artigo 165 cabe a LDO traçar as *“metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”*. O parágrafo 2º do artigo 57 da Constituição Federal (CF) determina que a sessão legislativa (isto é, o ano de funcionamento do Parlamento) *“não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias”*. A iniciativa das leis orçamentárias é toda competência do Poder Executivo. Segundo o inciso XXIII do artigo 84 este poder cabe *“enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição”*. Já a seção II Dos Orçamentos em seu artigo 165 torna tal prerrogativa ainda mais clara ao afirmar que *“Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão I – o orçamento plurianual; II as diretrizes orçamentárias; e III os orçamentos anuais. A relação entre a LDO e a LOA fica clara no texto do parágrafo 5º do artigo 99 o qual determina o seguinte: “Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites na lei de diretrizes orçamentárias exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais”*.
